

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

LUCIANE ROMBALDI DAVID

Psicanálise na Praça:
lugar de fala e lugar de escuta

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

LUCIANE ROMBALDI DAVID

Psicanálise na Praça:

lugar de fala e lugar de escuta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura

Área de concentração: Psicanálise, Clínica e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Amorim de Medeiros

Porto Alegre

2022

Nome: David, Luciane Rombaldi David

Título: Psicanálise na Praça: lugar de fala e lugar de escuta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura

Aprovada em: 03/03/2022

Banca examinadora

Prof. Dr. Roberto Henrique Amorim de Medeiros
(Orientador)

Prof. Dr. José Geraldo Damico
(Professor do PPG-CLIC da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof.^a Dr.^a Miriam Debieux Rosa
(Professora do PPG de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Raoni Machado Moraes Jardim
(Professor do PPGECsA da Universidade de Brasília)

AGRADECIMENTOS

Quantas escutas cabem em setenta páginas de texto? De quantas leituras, falas e trocas se faz uma dissertação?

Esta é feita de múltiplas, em coletividade. Nas laudas que seguem a leitora encontrará em cada ideia alinhavada, em cada respiro de parágrafo, em cada esquina e cruzamento de capítulos, até o último a digitado, a presença atenta, cuidadosa, acolhedora e paciente de muitas, que aqui agradeço:

Coletivo querido, Fê Vial, Fê Zin, Isa, Dani, Lô, Gutinho, Carmela, Clara, Bianca, Ágata, Aline, Rodrigo, Gui, Gica, Cris, Lu, pela aposta, pela constância, pelas escutas e palavras circulantes;

Pracientes, por se deixarem escutar e falar em praça pública ou no ciberespaço;

Grupo de pesquisa, Léo, Andrea, Tainá, Alice, Jango, Isa, Ana, Gabriel, Amanda, Lucas, pelas leituras e trocas;

Giovana, Ismael e Daniel, por somar forças;

Nana e Cla, pelas artes e inspirações;

Roberto, pela orientação e entusiasmo;

Andrea, pelos cafés e parceria;

Zoca, pela presença e acolhimento;

Gustavo, pela disponibilidade, companheirismo e cuidado;

Pai e mãe, pelo incentivo;

Luciano, pela escuta;

A todas que se deixaram permeabilizar junto a mim nesta deriva, obrigada!

RESUMO

Inspirada por manifestações artísticas e políticas que têm como palco a cidade e a rua, esta pesquisa parte de questionamentos sobre a psicanálise operada nos espaços públicos. Através das práticas do coletivo Psicanálise na Praça de Porto Alegre, objetiva-se refletir sobre como se relacionam lugar de fala e lugar de escuta, além desdobrar uma discussão sobre a transferência. Parte-se de uma arqueologia da pesquisadora e do território por excelência do Psicanálise na Praça, a Praça da Alfândega. A pandemia por COVID-19 atravessa todo o planeta e também o curso da pesquisa, que da rua passa a ocupar o ciberespaço. Com um percorrido pelo conceito de lugar vindo do campo da Geografia, adentra-se lugar de fala em Djamila Ribeiro e une-se lugar à fala em psicanálise através dos aportes de Lélia Gonzalez, Ambra e Lacan. O esquema L e o esquema quadrípode do discurso analítico, somados a peças de arte, auxiliam na construção da reflexão através da qual gira esta pesquisa. A travessia metodológica se dá em quatro passos: derivar, escutar, escrever e mapear. A partir deste percorrido trabalha-se os vestígios coletados, ou seja, restos que insistem e se repetem na escuta e escrita da pesquisadora acerca dos atendimentos realizados por ela e/ou pelo coletivo de praçanalistas, das reuniões e entrevistas, além de atos falhos produzidos ao longo da feitura do texto. Assim sendo, pode-se afirmar que, por conta das múltiplas e diversas escutas nas práticas do coletivo Psicanálise na Praça, a transferência se constitui, além do encontro uma a uma em sessão, também entre uma paciente e um coletivo de praçanalistas. Por fim, elabora-se a conceituação de lugar de fala e lugar de escuta em psicanálise como posições dialéticas, relacionadas e intercambiantes no processo de análise.

Palavras-chave: Lugar de fala, lugar de escuta, psicanálise na praça, atendimento online, transferência.

ABSTRACT

Inspired by artistic and political manifestations that have the city and the street as their stage, this research starts from questions about psychoanalysis performed in public spaces. Through the practices of the collective Psicanálise na Praça (Psychoanalysis in the Square) from Porto Alegre, the goal is to think about on how the place of speech and place of listening are related, in addition to unfolding a discussion on transference. It starts from an archeology of the researcher and the territory par excellence of Psicanálise na Praça, the Praça da Alfândega. The COVID-19 pandemic goes through the entire planet and also the course of that research, that changes from the street to the cyberspace. With a journey through the concept of place coming from the field of Geography, one enters a place of speech in Djamila Ribeiro and joins a place to speech in psychoanalysis through the contributions of Lélia Gonzalez, Ambra and Lacan. The L scheme and the quadripod scheme of the analytical discourse, added to pieces of art, aid in the construction of the reflection through which this research revolves. The methodological crossing takes place in four steps: derive, listen, write and map. From this journey, the collected traces are worked, remains that insist and are repeated in the researcher's listening and writing about the consultations performed by her and/or by the collective of squareanalysts, the meetings and intervisions, in addition to parapraxes produced throughout the writing of the text. Therefore, it can be said that, due to the multiple and diverse listening in the practices of the Psicanálise na Praça collective, the transference is constituted, in addition to the one-on-one meeting in session, also between a squaretient and a collective of squareanalysts. Finally, the conceptualization of place of speech and place of listening in psychoanalysis is elaborated as dialectical, related and interchangeable positions in the analysis process.

Keywords: Place of speech, place of listening, psychoanalysis in the square, online service, transference.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Arqueologia do desejo pela rua.....	8
Travessia metodológica.....	12
CAPÍTULO 1 – Se essa rua fosse nossa: escavações.....	17
Tinha uma pandemia no meio do caminho	22
CAPÍTULO 2 – O lugar, a fala e a escuta.....	25
CAPÍTULO 3 – Vestígios.....	34
CAPÍTULO 4 – Discussão dos vestígios	39
Via de busca, via de análise: o que se via e não mais se vê e o que é possível enxergar agora.....	39
Quem se encontra? Quem conta, fala, escuta?	45
Carta roubada e esquema L	51
Laudo, la(u)do, aula, lauda: desdobrando cartas remetidas em análise.....	55
Suposição de saber e saberes necessários à escuta	57
Carta postada, recebida, retornada, roubada, violada, invertida: quais os destinos possíveis?	60
CAPÍTULO 5 – Do la(u)do de quem está o lugar de fala e o lugar de escuta em um percurso de análise?	66
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO – Arqueologia do desejo pela rua

Na contraface dos usos predeterminados e reificados da cidade surgiu a busca por ocupar espaços públicos como manifestação política e artística, como ato de resistência, como modo de conectar as pessoas e a rua, como reivindicação e exercício do direito à cidade e de possibilitar formas não-automáticas de (con)viver.

Tendo como lastro as revoltas de massa dos séculos XVIII e XIX e as experiências situacionistas do século XX, as primeiras décadas do século XXI são marcadas por dois modos característicos de mobilização coletiva nos espaços públicos: as passeatas e as ocupações. Na primeira forma, percorre-se as ruas com cartazes e faixas expressando apoio ou insatisfação, revolta ou endosso, a figuras, governos ou pautas – às vezes, tudo simultaneamente. Na segunda, marca-se com o próprio corpo certa delimitação territorial, de forma momentânea ou duradoura, tensionando as apropriações naturalizadas e as relações de domínio estabelecidas.

Consideramos importante, portanto, contextualizar de onde partimos: da rua. Rua, conforme Zygouris (2013, p. 4), “é a metáfora onde se mistura o político e o sexual, onde as pulsões são solicitadas e se lançam numa desordem amorosa, de uma espécie não repertoriada pelo discurso familiar e psicanalítico”. Rua é passagem e encontro.

A pesquisa intitulada “Psicanálise na Praça: lugar de fala e lugar de escuta” nasce a partir do meu interesse em manifestações e ocupações nas ruas e nos espaços públicos, sejam elas políticas ou artísticas.

Numa arqueologia de mim, localizo agora os momentos em que a escuta e a rua se encontram na minha trajetória. A primeira vivência neste sentido vem a partir das Jornadas de Junho de 2013, que consistiram em protestos por todo o Brasil, cujo estopim foi o aumento da passagem no transporte público, e passou a ter maior adesão popular a partir da truculenta repressão da polícia contra os manifestantes. Não haviam lideranças explícitas e as pautas se mostraram difusas, expressas em gritos e cartazes que bradavam: não à corrupção, sem violência, sem partido, não me representa, não é pelos 20 centavos, saímos do *Facebook*, povo mudo não muda, o gigante acordou (DAVID, 2015). Participo ativamente das manifestações em Porto Alegre, tanto com meu corpo na rua quanto trocando e escrevendo sobre as mesmas no percurso da formação em psicanálise da infância e adolescência no Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa em Infância e Adolescência (CEAPIA), em Porto

Alegre, onde faço um paralelo entre as manifestações de rua e as manifestações da adolescência.

A segunda vivência na qual a escuta e a rua se encontram na minha trajetória se dá a partir da participação em oficinas no Atelier Livre Xico Stockinger¹. Nestas oficinas conheci Clarissa Daneluz e Nana Corte, comunicadora e artista visual, e deste encontro em 2014 surge o projeto de arte relacional “Você gostaria de mudar de nome?”. Neste, desde 2015 me coloco em espaços públicos (em geral em praças) e, junto às demais participantes do projeto, convido pessoas a falarem sobre seu nome e sobre o que pode surgir a partir disto. Nicolas Bourriaud (2009) define a estética relacional como aquela que privilegia a esfera das relações humanas e seu contexto social como o lugar da obra de arte. Tenho como referência em arte relacional a artista brasileira Ana Teixeira que refere:

Não me interessa que o transeunte, tanto o que apenas olhou quanto o que parou para conversar, saia dali com a noção de que aconteceu “arte”, mas sim de que viveu algo, de que foi atravessado por uma experiência. (GIORDANO, 2016).

Portanto, na arte relacional, a obra é o que acontece na troca entre a artista e a pessoa que se dispõe a interagir. No projeto “Você gostaria de mudar de nome?”, ocupamos a rua, em geral a Redenção (Parque Farroupilha, Porto Alegre - RS), munidas de um cartaz com os dizeres do projeto, cadeiras de praia ou bancos da praça, e aguardamos a interação. As pessoas vêm curiosas perguntar o que fazemos, ou então vêm até nós vendendo ou pedindo algo, e então propomos a escuta de seu nome e de tudo o mais que ocorra a partir deste disparador.

Manifestações políticas, arte relacional, corpo na rua e escuta das pessoas. Estas vivências fazem com que eu passe a me perguntar sobre escuta psicanalítica na rua, pesquisar este tema e descobrir vários coletivos no Brasil fazendo este trabalho, inclusive em Porto Alegre. Haveriam psicanalistas que faziam do espaço público lugar de escuta e atendimento? Essa pergunta norteou meu ingresso no Programa em Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS.

Com o início do mestrado, através de uma ponte entre meu orientador Roberto Henrique Amorim de Medeiros e o coletivo, passo a integrar o Psicanálise na Praça

¹O Atelier Livre é um equipamento da Prefeitura de Porto Alegre, integrado à coordenação de Artes Plásticas da Secretaria Municipal de Cultura, espaço para produzir e pensar artes visuais.

em outubro de 2019, com o objetivo de, a partir da participação nas reuniões semanais e dos atendimentos aos sábados, realizar minha pesquisa. No entanto, o interesse e contato com o coletivo é prévio ao ingresso no mestrado, já que acompanhei o surgimento do mesmo nas redes sociais no período em que me interessava e pesquisava iniciativas similares. À época, cerca de um ano antes, fiz contato com uma integrante em um evento de rua (Noite dos Museus) na Praça na Alfândega de modo a poder me aproximar, com a ideia de integrar-me aos trabalhos, pois habitava em mim o desejo de participar desta experiência de escuta analítica na rua.

É importante salientar que esta pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva do orientador, intitulado “A contribuição do método investigativo psicanalítico para a construção de territórios baseados em narrativas”, partilhando de seu procedimento metodológico que se dá a partir dos seguintes passos: derivar, escutar, escrever e mapear, procedimento que será detalhado no capítulo referente ao método.

O coletivo Psicanálise na Praça nasce em 2018, em reação ao assassinato de Marielle Franco, episódio que ceifou junto a vida de Anderson Gomes, motorista que dirigia o carro em que estava a vereadora carioca. Marielle Franco foi uma mulher negra, lésbica, ativista, lutadora pelos direitos humanos e denunciante da violência que ficava escondida em uma parte da cidade, dando voz ao que era silenciado. O assassinato foi sentido como um ataque à palavra, o silenciar de alguém que denunciava, um ataque aos corpos indóceis, aos irresignados, aos que se insurgem e ocupam lugares até pouco tempo restritos a uma elite intocável. Diante deste cenário e com o acréscimo dos temores despertados pelo período eleitoral de 2018 que colocam em risco a democracia recente e vacilante no país, que por sua vez tornam urgente espaços nos quais a palavra possa circular e se fazer escutar, um grupo de psicanalistas começou a se mobilizar frente à sensação de revolta e desamparo. As psicanalistas Cândice Dame e Fernanda Vial entram em contato com o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt de São Paulo através da página do mesmo no *Facebook* com o intuito de viabilizar uma iniciativa similar em Porto Alegre. O coletivo se mostra disponível para pensar junto e faz um convite para que elas conheçam pessoalmente o trabalho realizado em São Paulo. Fernanda Vial vai até lá, é convidada a atender na Praça Roosevelt e vivenciar a escuta psicanalítica na rua. Um mês após esta vivência, em 16 de julho de 2018 o Psicanálise na Praça passa a

ocupar a Praça da Alfândega em Porto Alegre aos sábados pela manhã oferecendo escuta analítica gratuita e por ordem de chegada.

As atividades do coletivo são realizadas em um local que está circunscrito dentro de um determinado território: a Praça da Alfândega, localizada no Centro da cidade de Porto Alegre, cercada pelas ruas Siqueira Campos, dos Andradas, Caldas Júnior e Sete de Setembro. Aos sábados pela manhã, as praçanalistas dispõem as cadeiras de praia em semicírculo entre o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), o Memorial do Rio Grande do Sul e a área central da praça. Mas essa disposição física é móvel: durante a Feira do Livro, evento que acontece na Praça da Alfândega no mês de novembro, os atendimentos migram para a Praça da Matriz, e em dias de chuva ocorrem no vão do Palácio da Justiça, locais que ficam a algumas quadras de distância dali. O coletivo faz um convite para que a palavra ocupe e circule nestes espaços, no contato entre pracientes e praçanalistas: forma como serão referidas ao longo desta pesquisa as pessoas atendidas pelo coletivo (pracientes) e as integrantes do coletivo (praçanalistas).

O coletivo, no presente momento, é composto por doze psicanalistas com diferentes percursos de formação: Ágata Barbi, Aline Gazzola, Augusto Paim, Bianca Piazza, Carmela Brunelli, Clara Schönardie, Daniela Izolan, Fernanda Vial Costa, Fernanda Zin, Isadora Severo Garcia, Lorete Mattos e Luciane Rombaldi David. A iniciativa resguarda um caráter independente, prezando pela autogestão e pela horizontalidade, visando oferecer um espaço de escuta analítica às pessoas que não chegam aos consultórios, seja por não terem condições de pagar por consultas particulares, seja por não circularem nos bairros nobres onde as práticas privadas se concentram, seja por entenderem-se em alguma medida alijadas da possibilidade de atendimento em saúde mental. Há quem chegue explicitamente solicitando atendimento e assim inicie o que poderá vir a ser um percurso de análise; há escutas que acontecem entre pedidos por informação, entre oferecimentos de mercadorias ou serviços por parte de vendedoras ambulantes. As aproximações são singulares e as escutas acontecem na regularidade e possibilidade de cada sujeita. Desde essa proposta, o coletivo recebeu em atendimento comerciantes locais, curiosas, trabalhadoras precarizadas, desempregadas, ex-moradoras de rua, andarilhas, gente desterritorializada em relação ao capital, ao corpo, à sexualidade e às grandes normas

sociais, pessoas em situação de vulnerabilidade social e em sofrimento psíquico nos mais variados graus.

A partir das minhas experiências de ocupação de espaços públicos em manifestações políticas e de escuta na rua através da arte relacional, me somo ao coletivo para assim poder pesquisar e responder à pergunta: como se relacionam lugar de fala e lugar de escuta no contexto das práticas do coletivo Psicanálise na Praça?

Travessia metodológica

Combinaremos a teoria da deriva (DEBORD, 2003) e a psicanálise como companheiras nesta deambulação. O procedimento metodológico de nosso grupo de pesquisa se dá a partir dos seguintes passos: derivar, escutar, escrever e mapear. Como já citado anteriormente, o presente projeto de pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado “A contribuição do método investigativo psicanalítico para a construção de territórios baseados em narrativas”.

A teoria da deriva tem início através da Internacional Situacionista (IS) na década de 1950, na França (mas logo se expande para diversos países), formada por um grupo de artistas, pensadoras e ativistas. A IS “lutava contra a espetacularização (...) a não participação, a alienação e a passividade da sociedade” (JACQUES, 2003, p. 13) e tinha como diretrizes a deriva e a psicogeografia. Esta última diz respeito a um “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (IS, 2003, p. 65). Já a deriva é considerada o exercício prático da psicogeografia através da apropriação do espaço urbano por aquela que por ele anda.

A deriva pode ser realizada por uma ou mais pessoas e Debord (2003) sugere que é mais proveitosa se realizada em grupos de duas ou três pessoas. Pode inclusive ser estática, se dar em um território específico, que seria o caso desta pesquisa pois acontece dentro dos territórios que compreendem o Psicanálise na Praça em sua realidade material e ampliada. Pensa-se na deriva como uma forma de percorrer o território com os pés, com o olhar, com a escuta e com a presença.

Por meio da deriva a ideia é percorrer e colocar-me nos territórios do Psicanálise na Praça e nas reuniões do coletivo a escutar a partir da psicanálise, da atenção flutuante. Debord (2002) teoriza sobre a cidade/sociedade “espetacular-

mercantil”, constituída como uma imagem e espetáculo do capitalismo no qual as cidadãs se tornam meras espectadoras, sem agência sobre o território. A proposta da deriva vai contra isto ao experienciar o espaço público da rua de modo a romper com a lógica de dominação sócio espacial.

O próximo passo metodológico é a escuta, que se dá a partir da psicanálise. Escutar o território, as praxistas, as colegas praçanalistas do coletivo, a transferência. Cabe salientar que derivar e escutar acontecem conjuntamente no percurso e na presença da pesquisadora enquanto praçanalista no território, na escuta das praxistas, na transferência, nas trocas com o coletivo, com o grupo de pesquisa e com o orientador.

O passo seguinte será, associando livremente, realizar o registro das derivas e escutas em um diário de experiência (IRIBARRY, 2003). No início da pesquisa, no espaço de orientação pensamos em um diário de borda a partir da ideia do diário de bordo, instrumento utilizado para registrar acontecimentos importantes durante um percurso de navegação. O diário de borda surge na troca de uma letra, de bordo para borda, aquilo que fica à margem, no contorno, faz fronteira. Borda, pois no momento inicial da pesquisa estava me sentindo em um lugar entre, entre o coletivo e a universidade, nem dentro nem fora, e registraria a partir deste lugar. Com a aproximação junto ao coletivo e a aposta no início de uma transferência com o mesmo e deste comigo, desde a borda imiscuo-me, sentindo-me parte do coletivo, transformando os registros em um diário de dentro. Passo a nomear, portanto, o local dos registros como diário de borda de dentro, lugar entre que permanece na circulação entre o coletivo e a universidade, estando integrada a estes dois espaços, trocando sobre a pesquisa em ambos e promovendo encontros de trocas entre o grupo de pesquisa e as colegas do coletivo.

Conforme Iribarry (2003), o diário de experiência se dá na pesquisa com observação participante e, citando Gutierrez & Delgado (1995), refere que esta é um mergulho radical no campo do objeto de pesquisa, no qual a observadora aparece como uma estrangeira, registrando observações sobre o ambiente e sobre si mesma através de associações livres e significantes. Tendo os registros do diário de borda de dentro, das trocas com o coletivo, com o orientador e o grupo de pesquisa, constrói-se a escrita de um ensaio metapsicológico.

Na escrita, seguirei deixando-me atravessar pelo encontro com o inesperado, pelos atos falhos, que serão mantidos no corpo do texto, tachados, em itálico, acompanhados de um bloco de notas à margem direita da página onde descreverei o que pretendia escrever e a palavra que surgiu, pontuando alguma possível livre associação a ser trabalhada adiante, no capítulo que versará sobre a discussão dos vestígios coletados. Os atos falhos são uma produção cara à psicanálise, fenômeno sobre o qual Freud (1901/1996) realiza uma descrição pormenorizada em *“Psicopatologia da vida cotidiana”*. Ele situa, em *“Conferências introdutórias à psicanálise”* (1996 [1916-1917]) a parapraxia como o fenômeno no qual: uma pessoa tem a intenção dizer uma palavra, mas diz outra (lapso verbal), acontecendo tanto na comunicação falada quanto na escrita (lapso de escrita), podendo a pessoa perceber ou não a troca de palavras; ocorre na leitura impressa ou manuscrita (lapso de escrita); ocorre ao escutar uma palavra quando outra foi dita (lapso de audição); há, ainda, o esquecimento de palavras e de objetos (lapso de memória, extravio e perda de objetos). Para Lacan (2010 [1954-1955], p. 173) o que interessa a Freud “é a mensagem como discurso interrompido e que insiste”, é o tropeço na fala que está presente neste fenômeno. Estas palavras que se precipitam na escrita desta pesquisa, portanto, não são encaradas como mero tropeço dos dedos na deriva pelo teclado do computador, mas sim como restos a serem desdobrados na medida em que desencadeiam na pesquisadora, ao dar-se conta destas produções que comunicam de forma inesperada, o ímpeto defensivo de apaga-las ou corrigi-las, porém freia-se o ímpeto e preserva-se os atos falhos. Levar-se-á em consideração as associações postas em marcha quando do aparecimento destas produções, alinhavadas com o que havia sido escrito antes e com o que seria escrito em seguida, observando o encadeamento significativo. Assim sendo, a sujeita do inconsciente da pesquisadora também é matéria-prima desta dissertação e as produções que comunicam nos tropeços da escrita serão tomadas como vestígios a serem desdobrados.

Utilizarei, no capítulo que apresentará a coleta de dados a partir do diário de borda de dentro, vestígios de casos atendidos pelo coletivo de psicanalistas, atendidos por mim e/ou discutidos nas reuniões do coletivo para descobrir o que se desenha em comum entre eles quanto aos aspectos que concernem a esta pesquisa. Cabe salientar que será preservado o sigilo e identidade das pacientes escutadas, nada será gravado em vídeo ou em voz, apenas há o registro dos vestígios no diário

de borda de dentro. Trabalharemos a partir dos restos, daquilo que insiste, dos significantes, para pensar sobre como se dá o lugar de fala e o lugar de escuta no contexto das práticas do coletivo Psicanálise na Praça.

O mapear, último passo metodológico, se dará no percorrido pelo diário de borda de dentro, pelos vestígios e atos falhos, pela construção teórica que dá sustentação à pesquisa. Através deste trilhar, será produzido um mapa conceitual com trajetos possíveis que auxiliará no alinhavo das questões suscitadas pela pesquisa e na costura da mesma em um ensaio metapsicológico de modo a responder à questão que move a pesquisa.

Como já foi possível observar desde a introdução desta dissertação, optei por escrever no gênero feminino o que se refere às pracientes, às praçanalistas e às pessoas em geral. Esta decisão partiu das reflexões suscitadas pelo incômodo que desperta o universal masculino que está posto em nossa linguagem, uma forma de fazer algum furo nisto; há também o fato da pesquisadora se identificar como mulher, o coletivo ser composto em sua maioria por praçanalistas mulheres e termos um grande número de pracientes que também se identificam como mulheres. Além disto, acreditamos ser importante situar a leitora de que será respeitado o gênero com o qual se identifica cada paciente quando da escrita dos vestígios e todas as informações que se referem à descrição das pracientes será reduzida ao máximo possível de modo a preservar o sigilo, explicitando as características ligadas estritamente ao contexto transferencial de cada caso. Quanto ao que tange a teoria psicanalítica, os termos e conceitos serão mantidos em sua maioria na forma como foram desenvolvidos originalmente por Freud e Lacan, no masculino, pela dificuldade e confusão que representa a mudança destes termos para o gênero feminino. As autoras mulheres que forem sendo citadas terão seu nome completo escrito ao longo de toda a dissertação de modo a dar mais visibilidade à produção das mesmas.

Na sequência da escrita desta pesquisa faremos uma incursão pela arqueologia da psicanálise nos espaços públicos e do território por excelência do Psicanálise na Praça, a Praça da Alfândega. Abordaremos o conceito de território, comum ao campo da Geografia, para adiante adentrar as reflexões sobre lugar. Desenvolveremos a partir do conceito de lugar de fala em Djamila Ribeiro, adentraremos a psicanálise com Lélia Gonzalez, Ambra e os quatro discursos de Lacan. Apresentaremos os vestígios coletados para em seguida realizar uma

discussão dos mesmos no percurso por três rotas, costuradas pelos desdobramentos que Lacan realiza em seu “*O seminário da Carta Roubada*” com o esquema L, somaremos reflexões a partir de extratos artísticos da arte visual coletados no diário de borda de dentro e, por fim, responderemos à pergunta da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – Se essa rua fosse nossa: escavações

Pode-se dizer que a história da presença da psicanálise nos espaços públicos nasce de uma fala: o discurso proferido por Sigmund Freud em Budapeste no dia 28 de setembro de 1918, no *Congresso Psicanalítico Internacional*. Na apresentação do texto *“Caminhos da terapia psicanalítica”* (1919/2010), Freud diagnosticou que a psicanálise, em sua época, conseguia atingir apenas um pequeno número de pessoas pertencentes a classes abastadas; os demais estratos sociais encontravam-se excluídos da clínica psicanalítica privada. Ele vislumbrou então a possibilidade de aumentar o alcance da psicanálise através de tratamentos gratuitos, proporcionados pelo Estado ou por organizações, que dar-se-iam conta da urgência do dever de oferecer tratamento às neuroses que ameaçam a saúde pública tanto quanto doenças orgânicas.

A fala de Freud reverberou e disparou uma sequência de iniciativas de levar a psicanálise para espaços acessíveis a camadas mais amplas da população, público que o consultório particular não conseguia atingir. Para uma arqueologia da história da psicanálise nos espaços públicos é interessante partir de uma incursão pelo livro *“As clínicas públicas de Freud”*, de Elizabeth Ann Danto (2019). A autora recorda que em 1920 se dá a criação da Policlínica de Berlim por Eitigon e Simmel; em 1922, Hitschmann e Simmel fundam clínicas gratuitas em Viena; em 1926, Jones abre a Clínica de Psicanálise em Londres e, em 1929, Ferenczi institui uma clínica gratuita em Budapeste. No Brasil, conforme Broide (2019), os movimentos da psicanálise com este intuito vêm à tona na luta contra a ditadura de 1964, tendo como marco inicial a Clínica Social de Psicanálise fundada em 1973 por Anna Kattrin Kemper e Hélio Pellegrino, no Rio de Janeiro. Nos últimos anos vêm aumentando as iniciativas de grupos de psicanalistas em levar atendimentos psicanalíticos aos espaços públicos de forma gratuita em diversas cidades do país. Dentre os coletivos em pleno funcionamento encontram-se o Psicanálise na Praça Roosevelt (São Paulo), o Psicanálise na Rua (Brasília), o Praçaterapia (Rio de Janeiro) e o Psicanálise na Praça (Porto Alegre).

Podemos afirmar que, dentre os locais que o coletivo Psicanálise na Praça ocupa oferecendo escuta analítica, o território por excelência de suas práticas é a Praça da Alfândega, no Centro da cidade de Porto Alegre, onde iniciou seus trabalhos e permaneceu mormente na modalidade presencial. Este território tem uma história:

Porto Alegre surge oficialmente em 1772; na área onde está a Praça da Alfândega antigamente existia o porto fluvial da cidade e nesta época (séculos XVIII e XIX), de frente a um trapiche e ao prédio da alfândega, existia uma praça nomeada Largo da Quitanda, local onde se reuniam comerciantes e quitandeiros. Em 1774 foi então inaugurada a Praça da Alfândega, com a migração compelida dos comerciantes para o local que hoje é conhecido como Praça XV. Com o passar do tempo e uma série de aterramentos que afastaram as águas do rio Guaíba o porto passou a localizar-se a cerca de uma quadra de distância da praça, área que compreende o Cais Mauá.

Em 2004 foi realizado um projeto arqueológico com a ideia de escavar o chão da praça através do Programa Monumenta em Porto Alegre desenvolvido pelo Ministério da Cultura em colaboração com a Unesco com o objetivo de recuperar e preservar o patrimônio histórico (IPHAN/PROGRAMA MONUMENTA, 2007). Localizaram uma das antigas escadarias do cais próximo à Rua Sete de Setembro e junto à Rua dos Andradas foram encontrados pisos relacionados ao Largo da Quitanda.

Além de vestígios de ocupação histórica como louças, vidros, metais e cerâmica, foram descobertos fragmentos de objetos fabricados por grupos indígenas, os primeiros habitantes da região. Não foi encontrada uma camada arqueológica bem definida por ser uma área à beira do rio “onde as coisas costumam se misturar muito, devido à movimentação dos sedimentos pela água” (IPHAN/PROGRAMA MONUMENTA, 2007, p. 61). Encontraram cerâmicas feitas por escravizados no século XVIII, “os fragmentos são poucos, mas trazem reproduzidas marcas características de escarificação na pele, a que se submetiam determinados povos africanos. Tais marcas identificavam o grupo ao qual as pessoas pertenciam” (IPHAN/PROGRAMA MONUMENTA, 2007, p. 69). Na camada mais superficial da escavação, por fim, foram encontradas dezenas de pazinhas de sorvete.

A partir destes dados retirados do livro que conta um pouco do que foi descoberto com o Projeto Monumenta, podemos refletir sobre as camadas que habitam o espaço que hoje é a Praça da Alfândega. Vestígios que falam de uma história de colonização, dominação, exploração, apropriação, desde os habitantes originários, os escravizados, até mesmo a natureza com a modificação do leito do rio e o lixo histórico das pazinhas de sorvete.

Ao pesquisar sobre a história de Porto Alegre e da Praça da Alfândega na internet, me deparo com a citação de uma fala na *Wikipedia* que se refere aos problemas com depósito de detritos na praça e que só foi resolvido com a construção de um muro com escadarias junto ao rio:

Os vereadores ordenaram ao fiscal do município que com toda a urgência e, antes de tudo, deve cuidar em fazer remover as imundícies que se acham ao lado da Alfândega, e que ali se não continue a fazer despejos, vigiando constantemente que tal lugar se conserve sempre no maior asseio. (FRANCO, 1988, p. 22).

Local histórico de depósito de detritos por parte da população. Que restos são estes que repetidamente ao longo da história vêm importunar e que são “solucionados” com muros e cercamentos?

Habitantes originários foram removidos de suas terras, povos escravizados trazidos contra sua vontade de outro continente, comerciantes tendo que mudar de local, detritos que teimam em persistir. As escavações desvelam vestígios históricos de camadas temporais diferentes num mesmo território, camadas discursivas soterradas no local que o coletivo ocupa com espaços de escuta e de fala.

Laurent (2007, p. 97) afirma que a cidade é aquilo que “materializa todos os tempos juntos, as ruínas do passado e o amanhecer que aponta para o futuro, da mesma maneira que o inconsciente”. No Projeto Monumenta constatou-se que as “coisas” costumam se misturar na beira do rio, que há séculos já não margeia a praça, dificultando definir camadas arqueológicas. Tudo fica misturado, ~~escontra-se~~ encontra-se apenas vestígios, restos. Mas os restos permanecem, insistem, e a partir deles é possível reconstruir uma história, narrar acontecimentos e torná-los visíveis. O que estes vestígios contam sobre a história e sobre o que reverbera até os dias de hoje?

Ao querer escrever *encontra-se*, escrevo *escontra-se*, sigo associando sobre o ato falho e produzo outro; ao querer escrever o que se *esconde*, escrevo *esconte*. O que se conta no/do que que encontra, sobre o que se esconde? Conta, contra, quem esconde, quem encontra, quem conta?

Na Praça material, a partir de sua arqueologia observamos que há restos que não cessam de se fazer presentes e que ao mesmo tempo são invisibilizados ao longo da história. Também observamos, para além da Praça material, na história de nosso país e em nosso cotidiano, existências que da mesma forma são invisibilizadas, colocadas neste lugar de resto, abjetadas do laço social. Para Dunker (2019, p. 17), a

psicanálise no espaço público “se identifica com o resto, o rebotalho social, com aquilo que não tem nome e com aquilo que é excluído em sua voz e em seu corpo”.

É com brechas, furos e restos que trabalhamos em psicanálise. Em “*Mal-estar na civilização*”, Freud (1930/2010) pondera que, apesar da ordem, da limpeza e da beleza constituírem um ideal da *Kultur*, a experiência psicanalítica nos depara com o desordenado, o sujo, o feio - aspectos do abjeto inerentes ao humano. Podemos pensar, junto com Dunker (2015), que a experiência subjetiva da contemporaneidade implica permanentes deslocamentos, desarranjos, descompassos entre o reconhecimento que cada uma reivindica e aquele que de fato recebe, vacâncias de pertencimento e sensações de desterritorialização: estar no mundo, assim, é sempre *mal estar*. A psicanálise opera no contato com o mal-estar da outra, a desordem, a sujeira e a feiura. É assim no consultório e é assim em praça pública. Trabalhamos, portanto, com o resto, com aquilo do resto que insiste e se mostra nos tropeços, nas brechas do discurso.

Podemos pensar que a fala que circula através da escuta no espaço público da Praça em sua realidade material ou ampliada publiciza ou coletiviza o que é dito, os restos, o subalternizado, o invisibilizado. Quais as reverberações deste discurso tornado público em sua circulação? O que acontece quando quem se faz testemunha das falas e existências é não apenas uma analista dentro de quatro paredes do consultório com seus muros e cercamentos, mas sim um coletivo de psicanalistas e as transeuntes e habitantes do lugar onde a fala acontece?

Quando ocupamos o corpo da rua com nossos corpos, nossa escuta e a fala das praxientes, acreditamos que criamos uma nova camada discursiva que passa a habitar este território e cria nele um impacto. Raffestin (1980/1993), ao refletir sobre território e poder, refere que as representações, as falas e as trocas criam territórios. Pode-se pensar que as trocas que se dão entre pessoas que ocupam lugares de fala e de escuta produzem uma relação, um entorno e um território.

É possível que nesta dinâmica a psicanálise também seja modificada. Freud (1919/2010, p. 292) já via esta possibilidade em seu horizonte, pois no discurso de Budapeste, no qual fala sobre a necessidade de aumentar o alcance da psicanálise para camadas mais amplas da sociedade, afirma: “então haverá para nós a tarefa de adaptar nossa técnica às novas condições”. Ocupar a cidade oferecendo escuta psicanalítica é uma realidade e existem vários projetos no Brasil colocando isto em

prática. Observa-se iniciativas de deselitizar a psicanálise, levando-a gratuitamente até a população em geral em espaços públicos.

Lacan (1953/1998, p. 322), em *“Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”*, convida a psicanálise a “alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” e acredita-se que este projeto de pesquisa vem em consonância com este convite. Através da escuta da sujeita fora do consultório podemos investigar o que a cidade pode comunicar sobre o funcionamento e o sintoma social de nossa época, e além disso, conforme Rosa (2018, p. 187) “o deslocamento do psicanalista ao território dos conflitos sociais permite a escuta do sofrimento e do modo como produz ou aprisiona o sujeito que por vezes não chega aos consultórios”.

Faz sentido pensar a psicanalista nos espaços públicos de acordo com o que Laurent (1999) chama de analista cidadã, antinormativa, útil à democracia. Uma analista que se implica, que se coloca. Laurent (1999, p. 08) refere que “há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação”. Ideias que convergem com o que Rosa (2018) propõe para uma psicanálise implicada, que leva em conta o posicionamento ético e político daquela que escuta e a dimensão sociopolítica do sofrimento daquela que é escutada.

Os analistas não só devem escutar, mas também precisam saber transmitir o que tem de humanidade, o interesse que tem para todos a particularidade de cada um. Não se trata de se limitar a cultivar, a recordar a particularidade, mas de transformá-la em algo útil, em um instrumento para todos. (LAURENT, 1999, p. 10).

Por isso a importância da pesquisa em psicanálise e de pensar sobre a psicanálise em outros espaços que não o consultório cerrado entre muros e quatro paredes. Acredita-se que a psicanálise em espaços públicos vem ao encontro das aspirações de Freud para a psicanálise, de uma clínica que promova espaços de fala e escuta para camadas sociais mais amplas, que inclua as abjetadas do laço social a partir de escuta ética, atenta e cuidadosa, que acompanhe a construção da narrativa dessas sujeitas extramuros/paredes do consultório para que possa ser possível ocupar outra posição subjetiva. É, como refere Campos (2014), uma aposta na condição de ser humana, na capacidade de fazedora de outra cultura, de reinventar o desejo com a outra, uma clínica que contribua com a produção de autonomia.

Tinha uma pandemia no meio do caminho

No meio do caminho de uma psicanálise que ocupa o espaço público da rua, porém, aconteceu uma pandemia que se impôs como um obstáculo inesperado aos atendimentos presenciais. Após seis meses de trabalho junto ao coletivo, a pandemia por COVID-19² atravessa a vida de todas nós e também o curso da pesquisa. Antevendo a emergência de sofrimentos, de perdas e de lutos e a importância social do trabalho em saúde mental nesse cenário sombrio, cessar era impensável. Para poder seguir trabalhando foi necessário adaptar, flexibilizar e inventar formas possíveis que respeitassem o cuidado ético necessário para preservar psicanalistas e pacientes diante de uma doença de caráter devastador. Imediatamente nos recolhemos, respeitando as recomendações da Organização Mundial da Saúde para mantermo-nos em casa. O que era da rua e circulava ao ar livre passou a ficar retido dentro de nossos domicílios, no espaço privado, e os privilégios de ter um teto e condições de permanecer em casa voluntariamente expuseram o abismo das diferenças sociais.

Foi preciso recalcular rotas, pois ocupar a rua com psicanálise, que me moveu ao mestrado e me fez integrar o Psicanálise na Praça, deixou de ser recomendável. Iniciamos então o questionamento sobre quais espaços passam a ser possíveis de serem ocupados em tempos de isolamento social voluntário. Ato de resistência, de manifestação política, de cuidado consigo e com a outra passou a ser ficar em casa, ocupar os espaços da internet, manifestar-se nas redes sociais por meio de postagens, vídeos, fotos, *lives*, bater panelas nas janelas. Houve uma mudança no espaço a ocupar.

O problema da inviabilidade de atendimento presencial se impôs e o virtual surgiu como única possibilidade o que, ao menos por enquanto, resolvia de modo pragmático a questão. O Psicanálise na Praça passou a atender na modalidade *online* em 21 de março de 2020³, por meio da página na rede social virtual *Facebook* do coletivo. As pacientes passaram a solicitar atendimento via *inbox* e serem direcionadas para suas sessões através de chamada de voz ou de vídeo no aplicativo *Messenger*. As psicanalistas criaram perfis no *Facebook* destinados unicamente para

² A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), com recomendações para detectar, proteger, tratar e reduzir a transmissão.

³ Até o presente momento.

a função de atender as praxientes. Quanto ao *setting*, manteve-se o horário e o dia de funcionamento, os atendimentos por ordem de chegada e não mediados por pagamento em dinheiro. Outros elementos constantes do funcionamento do trabalho também se mantiveram: a rotatividade das psicanalistas e a recepção e encaminhamento das praxientes que fica ao encargo de uma psicanalista. No entanto, também ocorreram mudanças: a placa do coletivo foi substituída por uma postagem na rede social, as cadeiras de praia foram substituídas pelas poltronas, sofás e lugares das casas de cada psicanalista e praxiente, a presença física foi substituída pela presença *online*, o corpo na rua foi substituído pela imagem no recorte quadrado das telas dos *smartphones* e computadores, a palavra e a escuta passaram a ser mediadas pelas saídas de áudio dos aparelhos.

O território da pesquisa desmaterializou-se e passou a habitar o ciberespaço. Ao longo dos meses em quarentena, apesar de todas as perdas e lutos que estávamos enfrentando, passamos a ver a mudança do território do Psicanálise na Praça como uma possibilidade de ampliação de alcance no que tange os atendimentos. No exercício do Psicanálise na Praça em ~~na~~ sua realidade ampliada⁴ já não existem fronteiras geográficas e outras pessoas que não circulavam naquele território passam a acessar este espaço de escuta.

Os três territórios que se encontram no Centro da cidade de Porto Alegre e que compreendem os espaços nos

No lugar do pronome possessivo *sua*, pronome pessoal que indica o que pertence a quem o possui, escrevo *rua*, via de acesso e circulação. Rua é de todos, para todos, via pública, passagem para muitos, morada para tantos. *Sua vira rua*, que torna *nossa*, amplia e agora dá lugar a outras vias de acesso. O que resta quando os lugares desmaterializam?

⁴ A partir dos conceitos de realidade aumentada e território ampliado, uso o termo realidade ampliada. Realidade aumentada (RA) é um sistema que combina elementos virtuais com um ambiente real, é interativa em tempo real e ajusta objetos virtuais no ambiente 3D (AZUMA apud CARVALHO et al., 2019). Para diferenciar RA e realidade virtual (RV): na RA o ambiente real é enriquecido com elementos virtuais, na RV todo o ambiente é gerado através do computador, cria-se um mundo totalmente virtual e em 3D. A RA também é chamada de realidade mista, já que é um híbrido entre real e virtual. O jogo *Pokemon go* é um exemplo. (CARVALHO et al., 2019)

Já o território ampliado é aquele no qual não se dissocia a relação da localidade física onde o corpo se faz presente com as representações digitais/virtuais de uma aplicação *mobile* (VALADARES et al., 2019)

Portanto, quando uso o termo realidade ampliada me refiro à ampliação da realidade da Praça material e das interações que lá aconteciam através do Psicanálise na Praça para a modalidade *online*, onde as mesmas interações acontecem por meio de aplicativos móveis através da rede de internet. Um híbrido entre o mundo real e o virtual, já que o coletivo de analistas é o mesmo, a dinâmica segue a mesma, porém agora mediada pela conectividade através de *smartphones*, aplicativos *mobile* e internet.

quais aconteciam o Psicanálise na Praça material, que são a Praça da Alfândega, da Matriz e o vão do Palácio da Justiça agora migraram para a Praça *online*, através da página da rede social *Facebook* do coletivo.

Com a perda da rua passamos a atender dentro de casa até mesmo as pacientes. Ocupa-se um novo espaço e surge o questionamento sobre o que muda junto com a ampliação do território no espaço virtual.

Escutar o particular, o privado, no espaço público da rua, escutar o particular no espaço privado de ~~essa~~ cada uma através do espaço público da internet, a rua dentro de casa.

Este ato falho, no qual ao querer escrever *cada uma*, escrevo *casa*, encontrava-se em uma porção do texto que acabou suprimida na feitura da pesquisa, porém manteremos ele aqui, nesta seção em que predomina a palavra *casa*, para que possa ser trabalhado adiante.

CAPÍTULO 2 – O lugar, a fala e a escuta

Convido-te agora a percorrer conosco a deambulação pelos conceitos de território e lugar, vindos do campo da Geografia, que nos darão sustentação para desembocar logo adiante no cruzamento da Psicanálise, esquina da fala com a escuta.

A palavra *lugar*, no dicionário da língua portuguesa (BUENO, 2000), significa espaço ocupado, espaço próprio para determinado fim, ponto de observação, posição. O que acontece no encontro entre alguém que está disposto a escutar e alguém que está disposto a falar em um espaço público desde a psicanálise? Ocorrem mudanças na própria psicanálise quando operada em um espaço menos ortodoxo que o consultório privado? Ocupar lugares de fala e de escuta em espaços públicos pode promover mudanças naquela que fala, naquela que escuta e também em seu entorno? A prática da psicanálise nos espaços públicos pode oferecer uma outra lógica de ocupação e de interação nestes espaços, a partir de um olhar cuidadoso, respeitoso, acolhedor e que visa autonomia e protagonismo da sujeita.

Território tem dois sentidos principais, um material e outro simbólico. O primeiro refere-se ao controle e à dominação político-econômica do espaço e o segundo à apropriação cultural e identitária do mesmo. A metodologia da pesquisa guarda-chuva, da qual faz parte a pesquisa aqui desenvolvida, privilegia o conceito de território em seu caráter relacional, a partir da conceituação do geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2000/1995), para quem o conceito de território se sustenta na subsistência de relações sociais.

Por conta da interação e atendimento de pessoas de estratos sociais, raça, gênero, orientação sexual e localidades geográficas diversas (dentro do Brasil), modificação no território que se deu com o início da pandemia e ampliação no alcance dos atendimentos no ciberespaço, além da ideia de território em seu caráter relacional, interessa-nos pensar a multiterritorialidade ou territórios-rede em Haesbaert (2005).

A multiterritorialidade, conforme este geógrafo (2005), tem o sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de formular uma territorialização múltipla na qual toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Assim sendo, vivemos desde sempre uma multiterritorialidade, vivemos ao mesmo tempo no território familiar, de grupos, de uma nação, virtual e material, etc.

Se territorialidade é a projeção de nossa identidade sobre o território (MESQUITA, 1995), a partir deste conceito de Haesbaert, portanto, multipertencemos territorialmente. Além deste aspecto de multipertencimento, com a globalização e acesso à internet fica mais fácil pensar na figura dos territórios-rede, na medida em que há um encaixe de territórios em várias dimensões e escalas. Vivemos a multiterritorialidade não apenas através do deslocamento físico e a possibilidade de, em um curto espaço de tempo, poder pisar em territórios longínquos e diferentes, mas através da conectividade virtual também obtemos a capacidade de interagir à distância, influenciando e integrando outros territórios.

Agora que já localizamos o conceito de multiterritorialidade, esta possibilidade de estar e pertencer a vários territórios ao mesmo tempo, partiremos para a reflexão de lugar através de outra geógrafa. Doreen Massey (2000) diverge do que ela chama de uma concepção reacionária de lugar, que vê este como possuindo uma identidade singular e essencial, conceito colonialista de apego à herança que exige traçado de fronteiras e faz distinção entre interior e exterior, nós e elas, vendo o externo como ameaça. Ela propõe a aceção de lugar como encontro, compreendendo este como um conceito progressista de lugar, tomando-o enquanto interações sociais que agrupa, como processo e não estático. Não possui fronteiras no sentido de divisões demarcatórias, identidade única ou singular e é cheio de conflitos internos provenientes das interações. Ainda assim, frisa que pode haver singularidade no lugar, na medida em que é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais, que interagem com a história acumulada de um lugar, com suas camadas superpostas de relações locais e globais. Propõe um sentido global de lugar, que só pode ser construído por meio da ligação deste lugar com outros lugares.

Podemos perceber o quanto os conceitos de multiterritorialidade e do sentido global de lugar conversam, ambos dizem de conectividade, ligação, rede, não demarcação de fronteiras rígidas. São estas aceções de lugar, vindas da Geografia, que fazem sentido a esta pesquisa e que vêm a conversar com o próximo conceito de lugar a esmiuçarmos, o lugar de fala.

Na aceção que a filósofa brasileira Djamilia Ribeiro (2017) elabora sobre lugar de fala, a partir da qual este conceito popularizou-se no país, a localização daquela que fala é muito importante. Pensemos juntas: quando alguém enuncia sua fala, para

que a fala seja escutada é necessário que esta alguém enderece sua fala a outra alguém. Neste cenário há ao menos duas pessoas, aquela que fala e aquela que escuta. No conceito de lugar de fala com o qual Djamila Ribeiro (2017) trabalha, na fala enunciada desde a localização daquela que fala está colocada toda uma rede de representatividade, de histórias e vivências que se conectam, sem demarcação rígida de fronteiras entre o que é daquela que fala e o que é daquelas a quem essa fala ressoa/representa. Há um multipertencimento e uma multirepresentação no que é dito, a depender da localização, do lugar de quem o diz.

Desdobrando o conceito de lugar de fala, Djamila Ribeiro (2017) o toma como forma de resistência e voz às mulheres negras, trabalhando a partir de teorizações de pensadoras feministas negras como Patricia Hill Collins e Grada Kilomba e também Gayatri Spivak, teórica indiana dos estudos subalternos.

Patricia Hill Collins (2016) parte da conceituação de *outsider within*, forasteira de dentro, pensando a mulher negra como aquela que possui um olhar de dentro e de fora da sociedade, por viver à margem, mas dentro do convívio das famílias brancas para as quais trabalha. A partir disto Patricia Hill Collins (1997, p. 9 apud RIBEIRO, 2017, p. 35) trabalha o conceito de ponto de vista feminista que se trata de

experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos. Grupos têm um grau de continuidade ao longo do tempo de tal modo que as realidades de grupo transcendem as experiências individuais.

Ela aborda a importância de localizar os grupos sociais de acordo com as relações de poder, da interseccionalidade entre raça, gênero, orientação sexual, classe social e geração.

Djamila Ribeiro (2017, p. 48) afirma que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social”, e pensar lugar de fala, para ela, seria “romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (RIBEIRO, 2017, p. 50).

Ambra (2019), em artigo recente no qual discute lugar de fala e psicanálise, traçando um paralelo entre as teorizações de Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez, refere que a forma como Djamila Ribeiro conceitua lugar de fala a partir das referências que utiliza para tal levam-na a frisar “os mecanismos de poder que legitimam algumas falas e silenciam outras a partir do lugar ocupado por seus agentes” (AMBRA, 2019, p. 87). Aqui a fala está subordinada ao lugar no qual a pessoa se localiza (ou é localizada) e

sua fala dá voz a outras pessoas que estão localizadas em um lugar semelhante, seja por sua origem, raça, estrato social, gênero. Portanto, lugar de fala para Djamila Ribeiro diz de localização social e não de experiência individual, diz de posicionamento no mundo, fala de algo como grupo, como postura ética, como por exemplo, professoras incluindo autoras negras na bibliografia que disponibilizam às alunas no sentido de ajudar a ampliar a visão de mundo das mesmas, visibilizando pessoas negras.

Pode-se dizer que há algo do par imaginário no conceito de lugar de fala para Djamila Ribeiro, o que tem uma importância ímpar no sentido da representatividade, de fazer coro para não deixar calar, de tornar visíveis as existências invisibilizadas por toda a nossa história enquanto nação que nasce do estupro do colonizador para com os povos subalternizados e escravizados e que por conta do racismo, que Lélia Gonzalez (1984, p.225) refere como sendo o sintoma da neurose cultural brasileira, tende a calar as vozes de suas filhas de cor negra e colocá-las “na lata de lixo da sociedade brasileira”.

Chegamos então à ponte que liga lugar de fala à psicanálise, através de Lélia Gonzalez, psicanalista brasileira. É em seu artigo intitulado “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” (1984), no qual através da citação de Miller (1976, p.17, apud GONZALEZ) onde ele refere que “a análise encontra seus bens na lata de lixo da lógica (...) a análise desencadeia o que a lógica domestica”, que ela realiza a analogia de que a negra está na lata de lixo brasileira e é o que a lógica da dominação tenta domesticar, apagar, falar dela/por ela. Por conseguinte, Lélia Gonzalez (1984, p.225) propõe que a negra assuma a própria fala e o faz afirmando que “o ~~lixo~~ lixo vai falar, e numa boa”.

Quando se domestica algo, torna-se este algo privado, privatizado, cerceado, *quatramente* emparedado. O que é doméstico é aquilo que não é livre, não é público, não é da rua. Teria a psicanálise sempre a dimensão do público, se ela desencadeia o que a lógica domestica? Mesmo quando acontece entre quatro paredes do espaço privado do consultório?

Voltando à Lélia Gonzalez, se o lixo vai falar, o resto vai falar, a psicanálise identificada com o resto, como afirma Dunker (2019) vai se propor a escutar, a ocupar

Ao querer escrever *lixo*, escrevo *luxo*. Um troço clássico, que faz pensar na troca de letras – i por u: o que acontece quando troca-se uma letra? Letra, *letter*, carta; carta roubada, letra trocada; não se lê pois não é possível ler, por não ser legível? Ou há uma incapacidade de ler a letra/carta? A que se deveria essa incapacidade?

este lugar de escuta em relação a este lugar de fala. Ambra (2019, p. 90) propõe que para Lélia Gonzalez “na verdadeira fala quem fala é o lixo que nos habita, as contradições que a lógica quer jogar para baixo do tapete. Falar, aqui, não é denunciar a existência de lugares, mas dissolver qualquer cartografia preexistente e esvaziar as certezas de seu cartógrafo”. Ele faz uma crítica a Djamília Ribeiro, propondo que serve mais à psicanálise pensar a fala e o lugar a partir de Lélia Gonzalez, pois ela traz o entendimento de lugar enquanto perspectiva e em relação a outros lugares e falas, e não enquanto identidade, proposta que se alinha ao entendimento de Djamília Ribeiro. Damico (2021) se posiciona em relação às colocações de Ambra, fazendo uma crítica à forma como este coloca em rivalidade as noções de Djamília Ribeiro e de Lélia Gonzalez sobre lugar e fala, sendo que a primeira não parte da psicanálise para desdobrar o conceito de lugar de fala e alerta ao cuidado necessário para não invalidar/silenciar as noções preciosas que a filósofa brasileira faz circular com seus aportes, arriscando assim replicar a colonialidade dentro da psicanálise, esta que conforme ele “age silenciosamente, como o inconsciente psicanalítico, e, ao mesmo tempo, faz barulho e grita nos seus tropeços, enganos, lapsos, atos falhos e modos de violência” (DAMICO, 2021, p. 16).

Damico (2021, p. 111) afirma que Lélia Gonzalez rasga a psicanálise por dentro “mostrando como o racismo no Brasil se movimenta”. Esta psicanalista abre uma avenida inteira dentro do território da psicanálise, mas por motivos de fôlego e foco optamos por não adentrar outras importantíssimas questões que ela aporta, como a amefricanidade, desdobrada a partir do neologismo de M. D. Magno⁵, o pretuguês, a desnaturalização do racismo compreendendo este como formação reativa e denegação, entre tantas outras.

Os aportes de Lélia Gonzalez nos levam a prestar atenção e escutar o que não é dito, as omissões, o abjetado do discurso. O lixo fala, o resto fala, e diz muito de todas nós. É neste momento que, para esta pesquisa, é de grande valor a ideia levantada por Ambra (2019) quando ele equipara o objeto *a* ao lixo que causa nos aportes de Lélia Gonzalez, salientando que na análise o objeto *a* está no lugar de

5 Interessante pensar que o neologismo amefricanidade surgiu em M D Magno a partir da participação dele em um congresso latino-americano no qual ele se deparou com o fato de que precisava falar outra língua para que fosse possível falar e ser escutado neste congresso. Precisou falar em espanhol pois em português não era aceito, sua fala não obteria reconhecimento e não seria possível escutá-lo.

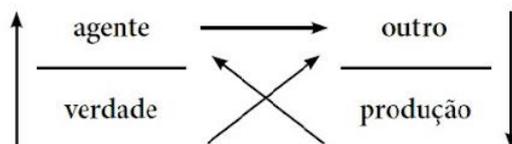
agente e “quando o lixo pode falar, numa boa, podemos dizer que há análise no sentido mais forte do termo” (AMBRA, 2019, p. 99).

Nos interessa então, para desdobrar esta ideia vinda de Ambra do objeto *a* como resto, como o lixo que fala no que desenvolve Lélia Gonzalez, partirmos das reflexões acerca do objeto *a* no discurso analítico. Antes disso, porém, é importante localizar os quatro discursos na teoria Lacaniana, que são nomeados como discurso de mestria, psicanalítico, da universidade e histórico, associados às três profissões impossíveis apontadas por Freud (1925/1976): governar associado ao discurso de mestria, educar associado ao discurso universitário, psicanalisar/curar associado ao discurso analítico, e por fim Lacan postula o “fazer desejar” associado ao discurso histórico.

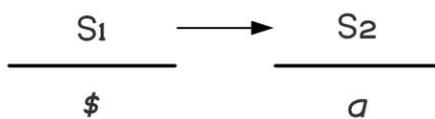
Lacan, no seminário intitulado “*O Averso da Psicanálise*” (1992 [1969-1970]), formaliza um modo de estudar a produção e a subversão dos discursos, propondo quatro formas de escrita do laço social (às quais, posteriormente, ele acrescentaria uma quinta). Cada uma dessas formas, apresentadas sob a álgebra peculiar dos matemas lacanianos, compreende quatro elementos ou letras: \$ (sujeito barrado pelo significante ou sujeito como dividido pelo inconsciente, marcado pela falta), *a* (objeto *a*, mais-de-gozar, condensador de gozo e causa-do-desejo), S_1 (significante mestre, o significante pelo qual os outros significantes são ordenados, que dá origem à rede de significantes) e S_2 (saber, o saber constituído enquanto cadeia significante) distribuídos em quatro posições: agente, Outro, produção e verdade, que poderiam designar efeitos distintos (poder, trabalho, ou mais-gozar, por exemplo) a partir do elemento que as ocupasse. O lugar de agente é o que imprime a ação no discurso; o lugar do Outro é o alvo do discurso, a quem é endereçado. O lugar da verdade é o que sustenta o agente do discurso, verdade essa sempre parcial. E, por último, o lugar da produção é o resultado, o que o discurso ejeta como consequência de sua mobilização.

Conforme Marta D’Agord (2013, p. 443) “os quatro discursos são a articulação significante na qual a fala irá se alojar”. Cada um desses discursos é nomeado a partir do elemento que ocupa o lugar de agente, derivando assim o discurso de mestria, o discurso histórico, o discurso universitário e o discurso analítico – o discurso capitalista, subversão do discurso de mestria, seria introduzido posteriormente. No matema dos discursos lacanianos, os elementos/letras encontram-se divididos dois a

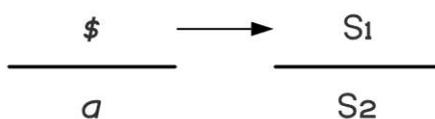
dois, em quadrantes separados por barras horizontais, e Lacan faz uso de setas de conexão para designar as relações fixas entre os lugares dos discursos. De um discurso a outro, os elementos/letras rotacionam em movimentos de $\frac{1}{4}$ de giro, preservando certa estabilidade nas posições relativas entre os elementos que circulam através da estrutura.



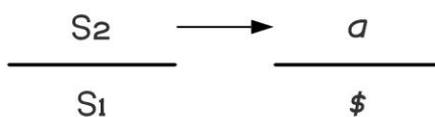
Abaixo constam os matemas, respectivamente: discurso de mestria, discurso histórico, discurso universitário e discurso analítico



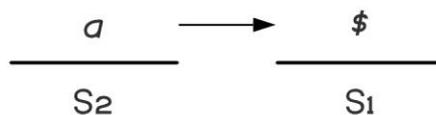
Fonte: Lacan, 1992 [1969/1970], p. 27.



Fonte: Lacan, 1992 [1969/1970], p. 27.



Fonte: Lacan, 1992 [1969/1970], p. 27.



Fonte: Lacan, 1992 [1969/1970], p. 27.

O discurso de mestria coloca como agente um comando (S_1) endereçado a uma cadeia significativa (S_2), correlato ao *governar*. Não por acaso, é o discurso associado a formas imperativas, totalitárias e totalizantes. Através da dialética do senhor e do escravo, Lacan (1992 [1969-1970]) postula que neste discurso o S_1 é a essência do mestre, do senhor, e S_2 o campo do escravo, que se caracteriza como o suporte do saber. Neste discurso o governante (agente) obtém do governado (o outro) a produção de objetos (mais-gozar) de gozo (MEDEIROS, 2016).

No discurso histórico, aquele que está no lugar de agente interpela o mestre para obter dele um saber. A verdade do discurso histórico é que estamos numa relação de alienação-separação com o objeto. É este discurso, conforme Lacan (1992 [1969-1970]), que conduz ao saber e é a partir deste discurso que é desenhado o discurso analítico. No discurso histórico o sujeito desejante (barrado, portanto falante) que está no lugar de agente se autoriza de seu gozo (objeto a no lugar da verdade), provocando que o mestre (S_1 no lugar do outro) produza um saber (S_2 no lugar da produção) (MEDEIROS, 2016).

No discurso universitário, o outro é tomado como objeto que tem que ser conformado, submetido. Produz-se assim um sujeito sintomatizado e a verdade produz um discurso de mestria. Aqui o saber S_2 está sustentado pelo S_1 (o significativo mestre) que, definindo seus objetos (a) de pesquisa, produz uma nova subjetividade no laço social (MEDEIROS, 2016).

No discurso analítico, a analista fica no lugar de objeto causa de desejo, toma o outro como um sujeito para que produza com significantes mestres, e a verdade deste discurso propõe o saber do inconsciente. Em lugar de tamponar o sofrimento, corrigir atitudes ou eliminar sintomas, a analista, situada como objeto a , trabalha para que o desejo possa se expressar, silencia para que a enunciação possa emergir, apaga-se como sujeito para que a analisante experiencie sua própria divisão.

A partir deste percorrido em torno dos quatro discursos, retomamos agora a questão de interesse a esta pesquisa, que trata de pensar o objeto *a* no discurso analítico tendo em vista a colocação de Ambra (2019) que enfoca o objeto *a* como resto, como “o lixo que fala”, como aludido por Lélia Gonzalez (1984). No discurso analítico, o objeto *a* ocupa o lugar de agenciador, de mola propulsora, daquele que permite que o discurso opere. Entretanto, ele mesmo não opera, senão no sentido de *fazer falar*: quem opera é o \$, na condição não unilateral de desejante. Estabelece-se, em torno do discurso analítico, uma relação de dialética do desejo: é do desejo da analista que haja análise e é do desejo da analisante que haja escuta. Se, do lado da analisante, houver um discurso de saber tudo sobre si, se não for possível a ela assumir um não saber, uma posição castrada de sujeito barrado, não será possível a entrada em análise. Da mesma forma, se a analista se coloca em uma posição de tudo saber, interpretando tudo do ponto de vista de uma psicanálise imaginária, a análise se provará inviável. A eficácia do discurso analítico, portanto, passa pela consolidação, no par analista-analisante (ou praçanalista-praciente), de um intervalo de equívoco acionado pelo objeto *a*, um não-saber compartilhado que se dispõe como mola da narratividade em transferência.

CAPÍTULO 3 – Vestígios

“S.m. Sinal que o homem ou animal faz com os pés no sítio por onde passa; rastro; pegada; indício.” (BUENO, 2000)

A título de rememoração, a metodologia desta pesquisa se dá a partir de quatro passos: derivar, escutar, escrever e mapear. É chegado o momento de deambular pelo que restou da escuta da pesquisadora/praçanalista nos territórios material e ampliado do Psicanálise na Praça, através da coleta dos vestígios. Esta coleta se dá com o mapeamento dos escritos no diário de borda de dentro que são realizados no só depois dos atendimentos, entrevistas, espaços de orientação, trocas com o grupo de pesquisa e com as colegas praçanalistas.

Entendemos que a psicanálise é um fazer com o resto e este resto é tomado nesta pesquisa como vestígio, como algo que insiste, como significantes que nos ajudarão na reflexão sobre lugar de fala e lugar de escuta.

Na feitura da pesquisa partimos da arqueologia do desejo pela rua, com os vestígios encontrados através do Projeto Monumenta no centro da cidade de Porto Alegre, no território material por excelência do Psicanálise na Praça, a Praça da Alfândega. Foram encontrados vestígios de ocupação histórica por parte de indígenas, de povos africanos, além de depósito de detritos por parte da população em geral. Observamos restos que teimam em persistir, que não cessam de se fazer presentes.

Agora buscaremos os vestígios coletados a partir dos atendimentos de pacientes, realizados por mim e/ou pelas colegas praçanalistas e das reuniões e entrevistas do coletivo. Pretende-se, a partir destes recortes, coletar os vestígios que insistem e que aparecerão em itálico no corpo do texto de cada vinheta para adiante somar estes aos atos falhos produzidos ao longo da escrita da dissertação e assim desenvolver uma discussão. Seguem as cinco vinhetas em questão:

R. é uma paciente que começa a ser atendida pelo Psicanálise na Praça após o início da pandemia, na modalidade online. *Nunca solicitou preferência por nenhuma praçanalista em específico e já foi escutada pela maioria das praçanalistas.* Os atendimentos sempre acontecem por *chamada de voz*, a pedido dela. Costuma dar *sequência* à sessão que teve no sábado anterior, *independente de quem esteja escutando.* Se refere às praçanalistas que lhe escutaram anteriormente como “*elas*” ou “*vocês*”, *demarca um coletivo, não refere muita diferenciação entre as praçanalistas* apesar de fazer algumas tentativas quando, ao referir que vai falar de um determinado assunto diz “*não sei se foi pra ti que eu falei sobre isso*” e faz uma breve introdução do mesmo, *recorta* reconta a si mesma, sua narrativa, para localizar a praçanalista dos acontecimentos e do que vem pensando. Faz pensar na função analista. Transferência com o coletivo?

Ao querer escrever que a paciente *reconta* a si mesma, escrevo *recorta* a si mesma. Quais os efeitos de contar a si mesma outra e outra vez, para pontos de vista e de escuta diversos e rotativos? Cortes, descontinuidades, perdas; re-cortes, costuras em múltiplas escutas; é possível alinhar?

E. havia procurado atendimento na praça material em 2019, teve apenas uma sessão e em junho de 2020, durante a pandemia, solicita atendimento na praça ampliada através do *Facebook*. No contato pelo *Messenger* com a praçanalista que fica na função de receber as pacientes, diz que não tem microfone e então inicia uma conversa por mensagem de texto, um “*atendimento por escrito*” nas palavras da praçanalista (E. propõe uma *outra via* de análise). No segundo atendimento, com outra praçanalista, solicita fazer por escrito novamente pois “*não tem entrada de som*”.

E. pede para ser chamada pelo pronome neutro *elu*, que representa pessoas não-binárias, de gênero neutro. *Elu escreve por mensagem de texto e a praçanalista por áudio.* Depois de algumas sessões, começa a ser atendida por chamada de vídeo.

A cada praçanalista diferente que lhe escuta, *elu* questiona sobre “*o laudo*”, se já tivemos acesso ao *laudo*, se já *lemos tudo sobre elu*, pois assim não precisaria *recontar* tudo sobre si novamente. Paciente enigmática, chega por *inbox* enviando um “*hey*” acompanhado por emoji, em geral de animais e em seguida pergunta “*qual é a boa?*”. Falamos sobre a escuta delu com frequência nas entrevistas e entre

Enigmática: ficou engraçada essa palavra de forma neutra, como se fosse uma *outra língua* – assim como o pronome neutro propõe uma *terceira via* de identificar alguém; que língua é necessário falar e compreender para escutar? Que língua se fala em análise?

os atendimentos nos sábados de manhã. Nos questionamos sobre o que representa *o laudo, isto que insiste*, seria uma tentativa de que tenhamos ele integrado dentro do coletivo? Não precisaria contar de si, novamente, a cada praçanalista *diferente* que lhe escuta?

Em determinada sessão com um praçanalista branco, E., que também é branque, entra em questões de raça e questiona se existem analistas negros no coletivo. O praçanalista então nomeia outro colega como analista negro. No próximo sábado ele chega solicitando por este analista, colocando ao lado do seu nome o emoji de uma abelha. Em intervisão, após atenderem E. pela primeira vez, algumas praçanalistas comentam que *tiveram uma aula* sobre questões de gênero.

S. é atendido desde a praça material. Com a pandemia e o início da praça ampliada ele passa a fazer suas sessões com maior frequência, pois mora na região metropolitana e a modalidade *online* torna mais fácil o acesso ao Psicanálise na Praça. Recordo a impressão de uma colega ao atender ele, dizendo que é uma figura e que traz muitas falas de *coaches*, e de autoajuda, *não deixando entrar em suas questões*.

S. *não costuma solicitar atendimento com alguma praçanalista em específico*. Em um sábado de atendimento ele fala sobre um livro que vem lendo de uma pensadora feminista negra no qual aborda relacionamentos amorosos e raça. Questiono sobre o que ele leu no livro, se sente que faz sentido com o que vêm vivenciando, então passa a falar de si. S. é negro. Refere que sempre se relacionou com mulheres brancas e decidiu que se relacionaria com uma mulher negra, que tivesse passado por coisas parecidas pelas quais ele já passou. Conta então do relacionamento atual conturbado com uma mulher negra.

No sábado seguinte é atendido pela primeira vez por outra praçanalista. Em intervisão ela traz que sentiu como se ele estivesse fazendo um *esforço em ensinar ela sobre racismo, se sentiu numa aula, ficou em uma posição de escutar, sem muito intervir*. Conversamos então, a partir desta fala da colega sobre o atendimento de S., acerca dos movimentos dele na análise, que *no princípio não se deixava permear, não dava espaço para as praçanalistas falarem e com o passar do tempo e da transferência estabelecida, isso foi se dissolvendo*.

Saio da reunião sentindo que não escutamos a colega, que tinha algo na fala dela que *tensionava o coletivo a pensar sobre o que não conseguimos escutar nas praticantes e na necessidade de um letramento*.

Retomamos a discussão na intervisão seguinte, falamos sobre S. se colocar numa *função de letrar o coletivo*, e que seria importante *pensarmos no que nos falta*, da necessidade que S. sente, por suas questões ou para além disso, de letrar o coletivo. A praçanalista então fala que pontuou a ele algo referente a isso e lhe questionou sobre como é ser atendido por pessoas brancas, ao que ele respondeu que *sente que tem a função de informar o coletivo sobre questões concernentes a raça para que possamos escutar melhor e escutar outras pessoas negras* (ele encaminhou uma amiga para ser atendida pelo Psicanálise na Praça durante a pandemia).

T., em atendimento na modalidade online, fala em forma de queixa “aqui no coletivo de vocês é assim né, *cada sábado é com um diferente*, então eu pensei e decidi continuar vindo porque assim sou eu mesma que tenho que assumir meu processo, *eu tenho que ser a mesma sempre*”. A paciente fala como se tivesse que começar novamente a cada sessão, a cada encontro com uma pessoa diferente e chega à conclusão, ao longo da sessão, que então talvez não precisasse começar sempre do zero já que o processo é dela. Narra sua história, repleta de descontinuidades, de começar coisas e não conseguir concluir, refere que as coisas se perdem, relata muito sofrimento em... _____ . Encontro um fragmento do diário de borda de dentro referente a *trocas* com uma praçanalista que não segue no coletivo e percebo que a paciente também não seguiu em atendimento.

Me perdi na escrita deste vestígio, pois parei para escrever: *ter que lidar com o diferente a cada vez*. Ter que lidar com a diferença pode ser encarado como perda, desamparo, mas também como potência. Poder aproveitar dos recursos que as praçanalistas oferecem, que o coletivo oferece e sustenta. É possível pensar sobre estas *múltiplas escutas* que se dão no coletivo, este lugar de escuta permeado por muitas escutas, que pode ser potente na medida em que a ~~praçanalista~~ paciente se conta novamente para outra praçanalista, podendo haver então a possibilidade de convocar outra relação transferencial. Entretanto o recontar é permeado por descontinuidades na escuta, pois não há garantias de ser atendida pela mesma praçanalista em sequência.

O. vinha sendo atendido sempre pela mesma praçanalista há meses, na modalidade online, e na falta desta em um sábado, é atendido por mim. Refere que então *vai se contar pra mim*, já que nunca conversamos. Se resume para mim, vai narrando sua trajetória no Psicanálise na Praça, relata o desespero no qual se encontrava quando iniciou os atendimentos. Ao final da sessão, olhando para algum lugar ao longe, reflete “tava aqui *me escutando pra ti e percebi como eu faço sentido*, como eu encontrei um sentido”, referindo que chegou para atendimento meses antes sem sentido pra seguir vivendo por conta de muitas perdas que teve com a pandemia e como encontrou sentido conversando com a praçanalista anterior e agora contando sobre seu percurso para mim. Quem escuta aqui?

Ato falho produzido no bloco de notas acima: ao querer escrever *paciente*, escrevo *praçanalista*. Uma praçanalista escutada ou não por outras praçanalistas em intervisão. Praçanalista se conta também em intervisão para as demais praçanalistas que escutam aquela mesma paciente e também aquelas que nunca lhe escutaram; todas escutam e trocam sobre o que foi, ou não, escutado.

Ato falho que diz de troca de lugares do par analítico: houve momentos em que saímos da posição de analistas, nas “aulas” que vivenciamos nos atendimentos?

CAPÍTULO 4 – Discussão dos vestígios

Do itinerário pelos vestígios coletados chegamos a três rotas a serem desdobradas nas laudas a seguir, a partir do que resta, insiste e se repete.

Via de busca, via de análise: o que se via e não mais se vê e o que é possível enxergar agora

Início o percurso desta pesquisa derivando e escutando na praça material, coletando vestígios e escrevendo os mesmos no diário de borda de dentro. Porém, a pandemia atravessa a pesquisa e o funcionamento do coletivo; e neste novo cenário sigo derivando, escutando, escrevendo e mapeando na praça ampliada. Foram seis meses de atendimento na praça material e, até o presente momento, contabilizo um ano e dez meses de atendimento na praça ampliada. Os vestígios dos atendimentos apresentados nesta dissertação dizem exclusivamente da experiência na praça ampliada e grande parte dos atos falhos produzidos na escrita também dizem deste momento *online*.

A partir dos vestígios coletados na praça ampliada e das reflexões sobre as diferenças entre o funcionamento desta em relação à praça material, é possível pensar sobre a mudança na via de busca por atendimento e na via de análise, ou seja, na forma como os atendimentos acontecem. Antes, aconteciam extramuros, ao longo do território da Praça da Alfândega, da Praça da Matriz, do vão do Palácio da Justiça, em cadeiras de praia, a céu aberto; agora, acontecem desde as casas e demais lugares onde se encontram práticos e praxanalistas no momento da sessão, através de aparelhos conectados à internet.

Na praça material era oferecida escuta psicanalítica às transeuntes, às pessoas que habitam ou trabalham na praça e em seu entorno. Havia quem chegasse explicitamente solicitando atendimento e assim iniciasse o que poderia vir a ser um percurso de análise; havia escutas que aconteciam entre pedidos por informação, entre oferecimentos de mercadorias ou serviços por parte de vendedoras ambulantes. As aproximações eram singulares e as escutas se davam na regularidade e possibilidade de cada sujeita. A partir dessa proposta, o coletivo recebeu em atendimento comerciantes locais, curiosas, trabalhadoras precarizadas, desempregadas, ex-moradoras de rua, andarilhas, gente desterritorializada em

relação ao capital, ao corpo, à sexualidade e às grandes normas sociais, pessoas em situação de vulnerabilidade e em sofrimento psíquico nos mais variados graus.

Na mudança de território com a migração ao ciberespaço, ainda que a distância virtual entre os consultórios *online* e a praça ampliada fosse efetivamente insignificante, o coletivo seguiu recebendo pedidos de atendimento de pessoas que, de alguma forma, encontram-se à margem da clínica tradicional, que não estão incluídas na gramática do capital e ficam excluídas da psicanálise no consultório particular. Ademais, com a suspensão de barreiras geográficas que a modalidade *online* proporciona chegamos a atender, desde março de 2020, além da população porto-alegrense, da Grande Porto Alegre e das demais cidades do Rio Grande do Sul, pessoas de outros nove Estados do Brasil, como Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia, Pará e Paraíba. Deparamo-nos com o encontro, na geografia flexível do universo virtual, com os variados Brasis dentro do Brasil e suas diversidades de vidas, de culturas, de simbologias, de sotaques. Observamos, nesta diversidade de buscas por escuta psicanalítica, um incremento da interseccionalidade no público atendido. A diversidade de gênero já estava presente na praça material, ainda que a procura maior por parte de pessoas cisgêneras tenha se mantido na modalidade *online*, porém constatamos que, nos períodos mais críticos da pandemia, houve maior busca por parte de pessoas de variadas raças e estratos sociais, que relataram não ter condições de pagar por um atendimento em saúde mental naquele momento. Também houve casos de prcientes que referiram nunca terem tido contato com algum profissional da psicologia ou psicanalista até contatar o coletivo, a partir de listas de serviços de atendimento gratuito que estavam circulando nas redes sociais.

Na praça ampliada a procura por atendimento segue sendo singular e as escutas seguem ocorrendo na regularidade e possibilidade de cada sujeita. O que mudou foi a via de busca: anteriormente se dava na chegada das prcientes na praça e aproximação das mesmas com o coletivo de praçanalistas e no contato com a praçanalista encarregada de receber as prcientes; agora se dá no envio de mensagem *inbox* recebida na página do coletivo no *Facebook* e respondida pela praçanalista responsável por acolher as prcientes, que faz a ponte das mesmas com o coletivo de praçanalistas que fica reunido através da plataforma *Google Meet* durante o trabalho aos sábados. Os atendimentos no ciberespaço acontecem

independentemente do território material onde estejam práticos e psicanalistas, através de telas e saídas de áudio de *smartphones* ou computadores. Como observamos nos vestígios dos atendimentos: com R. os atendimentos acontecem apenas através da voz por chamada de áudio; nos atendimentos de S., T. e O., através de chamada de vídeo, com imagem e voz; nos atendimentos de E. primeiramente através de sessões por escrito, em mensagem de texto e de áudio, para num segundo momento poderem acontecer por chamada de vídeo, em imagem e voz.

Na modalidade online é possível constatar que há algo que se modifica no que se refere à dimensão do corpo, dos cheiros, das impressões, algo do sexual, coisas que operavam no momento em que as práticos se dirigiam a nós para atendimento na praça material. Há uma modificação na experiência do que desperta em nós aquela outra pessoa, outro corpo. Poderíamos pensar que, em alguma medida, há uma descorporificação da relação? Ainda que os corpos estejam presentes e pulsantes de ambos os lados das telas, microfones e saídas de áudio dos aparelhos conectados? O que faz corpo no tratamento *online*?

O corpo, além de carne e osso, também é feito de discurso. Somos faladas ainda antes de habitar o mundo, somos designadas de forma genericada ainda dentro do ventre de nossas mães, nos é suposto um gênero conforme o sexo que é detectado no exame de ultrassom. A linguagem nos habita e é habitada por nós desde os primórdios de nossa existência. Assim sendo, podemos pensar que, quando se inicia um percurso de análise, o discurso que circula também forma um corpo, dá contornos, preenchimentos e vazios àquelas que falam e que escutam, ficando o corpo suscetível aos movimentos transferenciais, corpo que se forma entre aquela que está em posição de analisante e aquela que está em posição de analista.

Seguindo as reflexões sobre o que faz corpo em um atendimento psicanalítico online, podemos pensar a partir dos apontamentos de Mattuella (2020) sobre o corpo da analista em transferência. Ele entende este corpo como o corpo do texto, como “a instância em que se inscrevem os significantes daquele encontro entre analista e analisante” (MATTUELLA, 2020, p. 32), servindo de suporte para que a analisante escreva sua história. Ele toma a função analista como algo que prescinde do corpo da analista, da encarnação de alguém, mais sim como um endereçamento de fala.

Conforme Lacan (1958/1998), a presença que a analista concede à analisante é apenas a implicação de sua escuta, que, por conseguinte, é apenas a condição da

fala. Podemos depreender disto que a presença da analista em uma análise não se trata de sua presença física, de sua presença enquanto pessoa, mas da presença em transferência e, sobretudo, da presença da escuta de ambos os lados do par analítico. Entendemos, portanto, que é possível (e imprescindível) que haja presença da analista em uma análise na qual os corpos não estão presencialmente no mesmo ambiente. Entretanto, como afirmamos anteriormente, há algo que se modifica nos atendimentos online no que refere à dimensão dos corpos, cheiros, impressões. Podemos pensar que há algo que muda nesta nova modalidade de atendimento no ciberespaço? Há algo que fica emudecido, que fica apartado?

Nos atendimentos por chamada de vídeo permanece um recorte da imagem da paciente e do cenário em que se encontra no momento da sessão e assim há todo um leque de expressões não-verbais que fica de fora do recorte quadrado da tela que não é possível acessar com o olhar, como expressões corporais, gestos, movimentos, posturas e aspectos físicos, vestimentas, distância espacial. Nas sessões por chamada de voz as expressões não-verbais, que não são expressas através do som, ficam totalmente de fora. Todavia, existem outras expressões que se apresentam na modalidade online que nos remetem a algo que se fazia presente constantemente nos atendimentos na praça material e que no coletivo chamamos de interferências.

Consideramos interferências os múltiplos acontecimentos que se davam no entorno e durante os atendimentos na praça material: os barulhos da praça, os protestos, os carnavais, as transeuntes que se aproximavam ou paravam próximo aos atendimentos, as vendedoras ambulantes que passavam de atendimento em atendimento oferecendo algo, as pessoas que interrompiam os atendimentos para pedir informações, os cheiros, a revoada dos pássaros, os dejetos dos viventes, as chuvas repentinas, a ventania cortante nos invernos e confortante nos verões, a sombra que se movia e o sol que queimava ou aquecia nossos corpos. Observamos que as interferências também fazem parte do *setting* online, interferências daquelas que coabitam junto à paciente, que fazem com que fale mais baixinho ou mais perto do aparelho conectado, que fale por códigos. As oscilações no sinal de internet, a bateria dos aparelhos conectados, os barulhos dos vizinhos e vizinhas, das obras ao redor, do trânsito, do interfone tocando, dos filhos e filhas, cachorros, gatos que pulam na frente da câmera, interferências que se dão no território onde se encontram pacientes e prañalistas no momento da sessão. As interferências podem ser

aproveitadas, fazer parte da dinâmica dos atendimentos ou daquela sujeita, ou podem incomodar, como ruídos na escuta e na fala, e então é preciso malabarizar com elas para poder seguir.

Refletindo, ainda, sobre o que se modifica nos atendimentos na modalidade *online*, podemos pensar se haveria uma certa desimaginarização das praçanalistas pela via de busca por atendimento através do *Facebook* e quais seriam as consequências disto. Que tipo de relação se coloca quando uma paciente solicita atendimento por *inbox* e escolhe alguma praçanalista neste primeiro momento em que talvez não haja uma relação imediata com a imagem corporal da praçanalista em questão? Se trataria de uma relação mediada sumamente por fantasias e suposições, na medida em que a paciente não escolhe quem gostaria que lhe atendesse pela impressão que lhe causa o gestual, a expressão facial e corporal, a dimensão imaginária que está posta na visão de uma praçanalista ou de um grupo de praçanalistas? Fink (2007/2017), ao refletir sobre o atendimento psicanalítico por telefone, refere que as sessões que acontecem apenas por voz eliminam certos fenômenos imaginários. Ele observa, em sua experiência com sessões realizadas através do telefone, que faltam as transferências baseadas na aparência física ou na vestimenta. Entretanto, pôde notar que as analisantes que nunca fizeram sessões presenciais projetavam mais livremente pois, conforme suas palavras “o paciente por telefone é livre para me imaginar como quiser” (FINK, 2007/2017, p. 320) e as projeções visuais e olfativas permanecem ao longo do tratamento.

Hipotetizamos que não ter acesso à imagem corporal das praçanalistas seria um facilitador para que maior diversidade de pessoas busque e inicie atendimento se comparado à praça material. Há o fato de uma maior busca por atendimento ter acontecido ao longo da pandemia pela pluralidade de questões e ansiedades suscitadas pelo momento atual e também pela facilidade de fazer uma sessão de análise de qualquer lugar desde que se tenha acesso a um *smartphone* ou computador e internet.

Notamos também que a visão de um coletivo que está disponível para os atendimentos se perde na modalidade *online*. As pacientes não mais têm contato com o grupo de praçanalistas como tinham na praça material, pois lá ficávamos dispostas em semicírculo entre atendimentos e agora ficamos reunidas no *Google Meet*, ao qual as pacientes não tem acesso. Há o contato apenas através das trocas

por mensagem de texto com a praçanalista que lhes recebe e encaminha, que, por sua vez, nomeia aquelas que estão disponíveis para atendimento às pracientes para que assim possam escolher por quem querem ser escutadas (isto quando há, no momento em que a paciente solicita atendimento, mais de uma praçanalista disponível).

Quando uma paciente solicita escuta, nos primeiros contatos com o coletivo, ela tem acesso aos nomes das praçanalistas e a única dimensão do que é possível inferir sobre as mesmas é uma suposição de gênero ou conexões que faça a partir daquele nome. Poderia haver a dimensão de uma corporificação imaginária ligada ao nome? Quando imaginamos uma pessoa apenas a partir de seu nome, imaginamos a partir do repertório que possuímos e com isso imaginamos seu gênero e um corpo também, a linguagem que habitamos e que nos habita é generificada.

Quando a rotatividade se instaura nos atendimentos, as pracientes passam a ter acesso a um rol de praçanalistas, e, a partir das vivências transferenciais, passam a escolher por quem querem ser atendidas. Ou seja, num primeiro momento a escolha se dá muito mais pelo contato com a palavra que designa aquela disponível à escuta, pelo nome e pelo que significa aquele nome para aquela pessoa. Assim sendo, não é possível afirmar que há uma desimaginarização das praçanalistas, pois o imaginário está presente, a ideia de um coletivo está presente, ainda que a visão do mesmo fique apartada, a ideia de que há uma praçanalista disponível para atendimento permanece, ainda que sua imagem corporal fique de fora. Não ter acesso, em um primeiro momento, a uma imagem corporal, não implicaria uma desimaginarização.

Refletindo sobre o público alcançado nas praças material e ampliada, na primeira, apesar da dimensão de horizontalidade da rua que facilita a aproximação de pessoas e faz com que naquele território possa se iniciar uma escuta analítica, algumas barreiras se faziam presentes. Diversas vezes o coletivo se perguntou sobre a pouca aproximação da população em situação de rua e pensou formas de alcançar este público, na medida em que a ideia de poder oferecer escuta analítica a camadas mais amplas da população está presente no horizonte político do Psicanálise na Praça. Uma ponte possível estava sendo construída neste sentido logo antes do início da pandemia, com trocas junto a ONGs que atendem a este público, porém no momento esta via permanece em suspenso.

Quanto à praça ampliada, as barreiras geográficas se desfizeram, porém existem barreiras de acesso à internet e tecnologias que se dão com a exclusão digital e que deixam de fora da possibilidade de buscar atendimento psicanalítico na modalidade *online* boa parte da população. A exclusão digital abarcava, no último trimestre de 2019, conforme o IBGE, um quinto da população brasileira domiciliada com 10 anos ou mais, sendo que 39,8 milhões de brasileiras não usavam a rede e 34,9 milhões não possuíam aparelho de telefone celular. Das pessoas com acesso à internet, o principal meio era telefone móvel celular (98,6%), seguido do microcomputador (46,2%). Haja vista que a população em situação de rua ainda está de fora do censo do IBGE, os dados sobre a exclusão digital desta população não existem para podermos desdobrá-los, porém é possível hipotetizar que esta exclusão se soma às demais exclusões que lhes atingem.

Todavia, na modalidade online há uma pluralidade de pessoas chegando e permanecendo em análise. A via de busca por atendimento se dá através dos perfis no *Facebook*, de mensagens através do *Messenger* que podem migrar para sessões por chamada de voz ou de vídeo. A fala e a escuta acontecem através destas vias de análise, e então o paciente O. nos dá a possibilidade de adentrar na segunda rota a partir da qual seguiremos pensando quando refere em sessão que estava se escutando para a prañalista e vai se contar para esta. Este vestígio remete aos atos falhos encontra-se e esconde. O que é falado em uma análise conta de quem? Quem encontra o que se esconde nas brechas do discurso? Quem se conta para quem? Quem escuta?

Quem se encontra? Quem conta, fala, escuta?

No coletivo, quem está em posição de analista, de escuta, é um coletivo de prañalistas. O trabalho do Psicanálise na Praça opera a partir dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise: o inconsciente, a compulsão à repetição, a transferência e a pulsão (LACAN, 1964/2008), assim como a associação livre, a atenção flutuante e a abstinência das analistas, componentes que articulam a teoria, a técnica e a ética da clínica psicanalítica. Além destes pilares que sustentam a prática, há o modo de funcionamento do trabalho, que se dá através da rotatividade das prañalistas nos atendimentos das pacientes. Há a aposta em uma transferência que se estabeleça

entre as praxientes e o coletivo de psicanalistas, além das transferências que se estabelecem entre uma praxiente e uma psicanalista em sessão.

Transferência é um conceito caríssimo à psicanálise, base de todo o trabalho desenvolvido em um percurso de análise e cuja noção é desdobrada ao longo do decorrer da obra freudiana. Em “*A dinâmica da transferência*”, Freud (1912/2010) compreende a transferência como a reedição de relações amorosas intersubjetivas com as imagos parentais e figuras primordiais de cuidado para com a analista, reedição que contempla a disposição inata somada aos acontecimentos da história individual da analisante, que faz com que esta desenvolva uma forma específica de conduzir-se na vida erótica, bem como em outras esferas da vida, que é regularmente repetida, porém passível de mudanças a partir de novas experiências. Adiante, neste mesmo texto, Freud (1912/2010, p. 137) traz a transferência como “a mais forte resistência ao tratamento” que se mostra na interrupção da livre associação da paciente, momento sobre o qual considera que ali reside um pensamento ligado à analista. Distingue, ainda, a transferência em positiva e negativa, a primeira contendo sentimentos ternos conscientes ou eróticos inconscientes e a segunda contendo sentimentos hostis dirigidos à figura da analista, sendo que a resistência se manifesta quando destas duas últimas formas.

Em “*Repetir, recordar e elaborar*”, Freud (1914/2010) acrescenta ao entendimento do trabalho analítico a neurose de transferência, na qual substitui-se a neurose da paciente, seus sintomas, a uma neurose de transferência, “a transferência cria uma zona intermediária entre a doença e a vida, através da qual se efetua a transição de uma para a outra (...) acessível à nossa intervenção” (FREUD, 1914/2010, p. 206). Assim, a paciente atua suas questões no palco do *setting* analítico, deslocando os conflitos intrapsíquicos que incidem sobre figuras importantes de sua vida sobre a analista, que então maneja estas questões e intervém sobre elas.

Lacan, por sua vez, ao fazer uma releitura da obra freudiana, refere que

a transferência não é, por sua natureza, a sombra de algo que tenha sido vivido antigamente. Muito ao contrário, o sujeito enquanto assujeitado ao desejo do analista, deseja enganá-lo dessa sujeição, fazendo-se amar por ele, propondo por si mesmo essa falsidade essencial que é o amor. O efeito de transferência é esse efeito de tapeação no que ele se repete presentemente aqui e agora. (LACAN, 1964/2008, p. 246)

Ou seja, ele compreende a transferência como algo que se reatualiza na análise, tomando como realidade da transferência “a presença do passado” (LACAN, 1992 [1960-1961], p. 175) e segue afirmando que é “uma presença um pouco mais que presença – é uma presença em ato (...) uma reprodução” e, assim sendo, nesta reprodução em ato há algo que se cria, que é ressignificado no aqui e agora da sessão, uma encenação ficcional como num palco teatral que tem seus efeitos na vida da pessoa em análise.

Lacan (1992 [1960-1961], p. 177), adverte que “a transferência se manifesta na relação com alguém a quem se fala – este fato é constitutivo, constitui uma fronteira”, constitui fronteira na medida em que a analista sabe que não é à sua pessoa a quem é dirigida a transferência, mas à analista posta no lugar de Outro, de sujeito suposto saber da analisante. A analista, portanto, escuta, acolhe a manifestação do laço transferencial e opera o ato analítico, ocupando provisoriamente o lugar de Outro, exercendo a função transferencial no processo da busca pela verdade do inconsciente da analisante. No trabalho de análise, ainda conforme Lacan (1958/1998), a analista paga com sua pessoa, paga pela pessoa da analista ficar de fora, se colocando no lugar de Morto no bridge, jogo de cartas no qual aquela que está no lugar de Morto não joga, apenas coloca na mesa as cartas que a Declarante nomeia.

Portanto, a primeira forma de manifestação da transferência se dá no sujeito suposto saber conferido à analista por parte da analisante, “desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber, há transferência” (LACAN, 1964/2008, p. 226), e a analista opera então desde o lugar de objeto *a*, causa de desejo, desde sua falta-a-ser.

Assim sendo, pensemos sobre a possibilidade de uma transferência ser estabelecida entre uma paciente e um coletivo de psicanalistas. No início desta pesquisa, havia concordado com a afirmação de Adriana Marino (2019), quando reflete sobre as modalidades de transferência na experiência de atendimento do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt (SP). Ela refere que a transferência pode se dirigir ao coletivo num primeiro momento, mas se dá efetivamente entre uma analisante e uma analista, “não é possível haver tratamento realizado por Um coletivo, na medida em que uma análise só pode ser conduzida uma a uma” (MARINO, 2019, p. 219). Com estes dois anos e meio de trabalho junto ao coletivo e pensando a partir dos vestígios da paciente R., que se refere com frequência ao coletivo que vem lhe

escutando, e não a alguma praçanalista destacada, discordamos da ideia de que o tratamento não pode ser realizado por um coletivo de analistas. Observamos que, no momento em que uma paciente é atendida por mais de uma praçanalista, através da rotatividade, a transferência se estabelece entre esta paciente e variadas praçanalistas simultaneamente, e que o trabalho analítico se desenvolve através do trabalho conjunto destas praçanalistas e do coletivo, nas escutas múltiplas sobre a paciente que se dá nas intervisões.

Se considerarmos que a primeira forma da transferência se dá no momento em que a paciente supõe um saber na praçanalista e esta mesma paciente é atendida por diversas praçanalistas dentro de um coletivo que troca sobre as variadas escutas sobre uma mesma paciente, podemos hipotetizar que sim, há um tratamento realizado por um coletivo, ainda que as sessões aconteçam em encontros uma a uma. Porém, manter um senso de coletividade na modalidade *online* se mostrou um grande desafio, as pacientes deixaram de ter acesso ao coletivo de praçanalistas que estão disponíveis para atender aos sábados, o que acreditamos poder influenciar em uma certa cristalização das transferências entre uma ~~praçanalista~~ paciente e uma praçanalista. A cristalização das transferências têm sido algo bastante debatido nas intervisões, algo que não deve ser tomado como uma regra do que não pode acontecer, mas se mostra necessário pensar sobre o que acontece quando as cristalizações ficam mais evidentes. A paciente tem a liberdade de escolher por quem quer ser atendida e respeitamos o estabelecimento das transferências, porém a solicitação de atendimento constante pela mesma praçanalista mobiliza o coletivo, faz pensar sobre o porquê. Hipotetizamos sobre o senso de coletividade, por parte das pacientes, ficar prejudicado, porém a outra face desta questão se faz comunicar no ato falho produzido: talvez o que mobilize tanto o coletivo quando das cristalizações das transferências uma a uma é a consequência que pode advir, a ameaça à continuidade da manutenção do coletivo, pois a circulação da transferência possibilita que o trabalho siga acontecendo.

Ao querer escrever que ocorre uma cristalização das transferências entre uma paciente e uma praçanalista escrevo entre uma praçanalista e uma, estanco nesta parte da frase.

Na rotatividade, cada paciente pode vir a ser atendida por mais de uma praçanalista ao longo do seu percurso em análise. Há casos em que uma paciente é atendida apenas por uma praçanalista, de acordo com sua demanda transferencial

para com uma praçanalista específica (há, por exemplo, quem escolha não ser atendida caso a praçanalista com a qual estabeleceu transferência não esteja disponível para atender). Há outros casos em que pacientes já foram atendidas pela maioria das praçanalistas (senão por todas).

A rotatividade de praçanalistas certamente não é sem efeitos. Um dos efeitos para o coletivo é a manutenção do funcionamento do mesmo, na medida em que somos um coletivo composto, no presente momento, por doze praçanalistas e nem todas as integrantes estão presentes em todos os sábados. Assim sendo, a rotatividade permite que nos organizemos de modo que o trabalho possa acontecer semanalmente, com um número mínimo de praçanalistas disponíveis para atender, mantendo a constância da presença do coletivo aos sábados.

Outro efeito são as trocas sobre as escutas que acontecem em intervisão. Múltiplas escutas acontecem no trabalho do Psicanálise na Praça, são várias praçanalistas escutando a mesma paciente e um coletivo de praçanalistas escutando a escuta das colegas nas intervisões e supervisões.

Através das trocas entre as praçanalistas sobre os atendimentos, discutindo as variadas escutas sobre uma mesma paciente dentro das intervisões e supervisões, pode ocorrer uma amplificação da escuta desta sujeita. Esta amplificação parece se dar na possibilidade de acompanhar os desdobramentos do que desperta a transferência singular de uma mesma paciente com variadas praçanalistas, permitindo observar e refletir acerca daquilo que emerge numa escuta e não se reproduz em outra, além da análise da contrapartida das transferências das praçanalistas para com uma mesma paciente. Os variados pontos de vista e de escuta podem ser ferramentas que auxiliam em uma visão mais integrada da paciente e reverberar na escuta de todas que lhe acompanham.

Há, ainda, que se pensar sobre os efeitos nas pacientes da rotatividade de praçanalistas, desta escuta cambiante. Para tal retomemos nos vestígios o que podemos perceber como diferenciação ou não diferenciação entre as praçanalistas na demanda por atendimento e a reverberação da rotação de quem está em posição de analista nos atendimentos.

A paciente R., quando solicita atendimento, não demanda por uma praçanalista em específico, demanda por quem estiver disponível para escutá-la. Não diferencia muito as praçanalistas nas sessões, em geral inicia a sessão e segue

falando desde onde lhe faz sentido, independentemente de quem esteja lhe escutando. Por vezes contextualiza a praçanalista, dizendo que não sabe se contou tal coisa para aquela que está lhe escutando naquele momento, porém refere-se sempre ao coletivo, a um plural de praçanalistas. Retomo aqui que, ao escrever este vestígio produzo um ato falho, na intenção de referir que R. reconta a si mesma escrevo que ela recorta a si mesma.

Já e praciente E., ao deparar-se com a rotatividade de praçanalistas, solicita que a praçanalista nova que lhe escuta tenha tido contato com o laudo, um material que diria tudo sobre elu, para que não precise recontar a si mesma a cada vez.

S. não costuma solicitar atendimento com uma praçanalista em específico, o faz de vez em quando nomeando algumas praçanalistas por quem gostaria de ser atendido, porém aceita ser atendido por outra praçanalista caso nenhuma das que solicitou esteja disponível.

T. se queixa da rotatividade de praçanalistas, referindo que por conta disto teria que contar a si mesma a cada vez, começar tudo do zero e chega à conclusão de que se as praçanalistas que lhe escutam não serão sempre as mesmas, ela é que precisa ser sempre a mesma e assumir seu processo de análise.

No último vestígio de atendimento, O. relata, ao ser atendido por uma praçanalista diferente daquela que vinha lhe acompanhando até então, que vai se contar para a praçanalista, já que nunca conversaram. Refere que se escuta para a praçanalista e assim percebe que faz sentido.

A partir dos vestígios é possível pensar que talvez a rotatividade de praçanalistas demande da praciente um esforço por integrar a si mesma. Na tentativa de se recontar se recorta, e neste recorta e cola de si mesma se faz necessário retomar partes suas, sua história e suas questões, recortar e alinhar fragmentos de si em um mosaico coerente a ser apresentado àquela que lhe escuta. Este movimento pode ser interessante ao percurso de análise, contar a si mesma várias vezes para vários pontos de escuta e de vista diferentes, mas também exige da praciente uma capacidade de integração de si importante para que elabore um mosaico passível de ser lido por aquela que não vinha lhe acompanhando com frequência ou que lhe escuta pela primeira vez.

Esta capacidade de integração não é possível o tempo todo para todas as pracentes, como podemos observar nos vestígios que dizem respeito a E. Podemos

pensar que sua demanda pelo acesso prévio ao laudo seja um pedido de integração de si por parte das psicanalistas, algo que por vezes é mais difícil para ela. Trocamos sobre seus atendimentos com frequência em intervisão e percebemos o quão importante é, para seu percurso, que seja atendida por um número reduzido de psicanalistas e que o coletivo contenha as informações sobre ela de forma integrada.

Esta necessidade de integração aparece também nos vestígios de T., na forma de queixa e na conclusão de que necessita ser a mesma sempre. Poderia a paciente se apresentar de forma diversa para cada psicanalista, apresentar diferentes facetas de si mesma, aproveitar a diversidade de psicanalistas para explorar essa multiplicidade de si?

A paciente chega à conclusão de que o processo de análise é dela, então não necessariamente precisaria começar do zero sempre. Podemos questionar: se as psicanalistas não são sempre as mesmas por conta da rotatividade, em alguma medida demandamos que as pacientes sejam sempre as mesmas? O que ou quem precisa ser sempre a mesma em um processo de análise?

Para outras pacientes, como R., S. e O., a rotatividade de psicanalistas parece fazer sentido e se mostra como uma chance de narrar a si novamente, estabelecer novos laços transferenciais, adentrar diversas questões. Parece inclusive soar como uma possibilidade de escutar de forma mais audível a si mesma.

Chegamos agora à terceira e última rota a ser adentrada, mas para poder realizar um percurso completo por ela se faz necessário uma última parada para explorar o território de aporte psicanalítico lacaniano sobre o esquema L, que nos auxiliará a responder a pergunta através da qual gira esta pesquisa, em diálogo com os vestígios e entrecruzamento com as duas rotas já percorridas.

Carta roubada e esquema L

No seminário que abre os "*Escritos*" (1966) e também encontra referências em seu segundo seminário "*O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*" (2010 [1954-55]), a partir do conto "*A carta roubada*" de Edgar Allan Poe, Lacan desenvolve o esquema L.

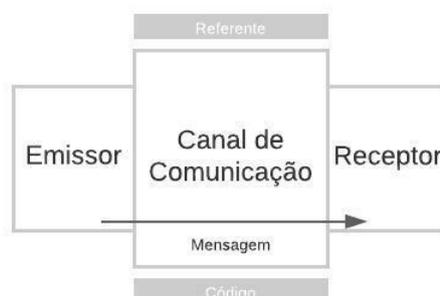
No conto de Poe (1844/2017), resumidamente, uma carta que havia sido remetida à rainha fora roubada em seu gabinete, descaradamente, pelo ministro, sem que a rainha possa nada fazer a não ser observar, calada. O rei, que estava presente

no momento do roubo, nada sabe sobre a correspondência e muito menos sobre seu roubo. A rainha solicita os serviços do chefe de polícia para resgatar a carta, dando a entender que seu conteúdo poria em risco a realeza. O chefe de polícia e sua equipe vasculham diversas vezes o gabinete do ministro surruprador, mas nada encontram, o que faz com que o chefe de polícia vá até o detetive Dupin e lhe solicite ajuda. No desfecho do conto descobre-se que Dupin encontrara a missiva em um lugar bastante à mostra, no gabinete do ministro, que havia disfarçado a correspondência invertendo a mesma e remetendo a si mesmo como uma carta de amor. Dupin recolhe a carta, deixando em seu lugar uma outra missiva endereçada ao ministro e, em seguida a vende para o chefe de polícia.

A partir de duas cenas, uma que acontece no gabinete da rainha e outra no gabinete do detetive Dupin, Lacan trabalha a questão do automatismo de repetição na ação que se repete nas duas cenas e a questão da intersubjetividade na relação entre os elementos dois a dois (rainha e rei, ministro e rainha, ministro e chefe de polícia, ministro e Dupin). Intersubjetividade que será substituída pela noção de imisção dos sujeitos.

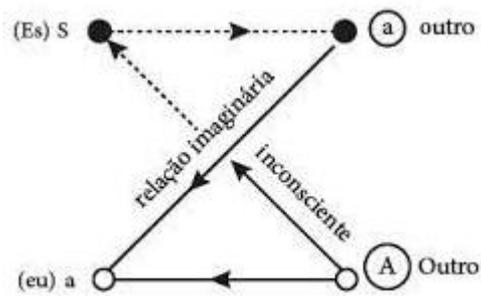
No conto, os sujeitos se revezam em relação ao elemento carta e este revezamento é determinado pelo lugar que o significante, a carta roubada, vem a ocupar no trio. No seminário em que Lacan trabalha os elementos do conto, ele vem a desenvolver o esquema L, esquema que, neste momento do ensino lacaniano, apresenta os quatro lugares que suportam a palavra falada: o sujeito, o eu, o outro e o Outro (D'AGORD, 2009).

Esquema da comunicação:



Fonte: Jakobson, 1969, p. 123.

Esquema L:



Fonte: Lacan, 1956/1998, p. 58.

Lacan subverte, portanto, a forma como é compreendida a comunicação. Entre a analisante como emissora de uma mensagem para a analista como receptora desta mensagem entra em cena o inconsciente, este que é estruturado como uma linguagem. Do entendimento da comunicação como relação intersubjetiva adentramos no entendimento da comunicação como imisção dos sujeitos.

Quando eu falo algo a alguém, falo primeiramente para um outro imaginário, especular. Deste outro imaginário que recebe primeiramente minha mensagem, eu calculo minha posição enquanto eu imaginário. Nisto não há uma perfeita comunicação, na qual a outra pode se colocar exatamente no meu lugar e acessar com clareza o que desejo transmitir, pois a ideia de que a comunicação flui perfeitamente é puramente imaginária e pressupõe que a outra a quem me dirijo é especularmente simétrica a mim e que podemos ambas nos colocarmos uma no lugar da outra.

A concepção de que podemos assumir por completo o ponto de vista da outra pessoa diz de uma relação imaginária. Sempre haverá semelhanças, mas também diferenças, que dizem de uma alteridade que está sempre posta. Quanto mais a comunicação se dá nesta primeira via, imaginária, menos o inconsciente fala e é escutado.

Seguindo o percurso pelo esquema L, temos então que a mensagem que sai deste primeiro eixo imaginário lhe atravessa e chega até o Outro. Aí sim ocorre uma transformação, já que o Outro recebe a mensagem e devolve a mesma de forma invertida à sujeita, aquela que iniciou o envio da mensagem com a ideia de que a outra seria a destinatário desta fala, compreenderia (ou não) colocando-se no seu lugar, entendendo perfeitamente sobre o que ela estaria falando. Quando a fala atravessa

esse filtro imaginário, fazendo um desvio pelo Outro (D'AGORD, 2009) é que a escuta pode de fato acontecer. Aqui temos então a escuta do sujeito do inconsciente, mensagem que comunica sem a pessoa saber que está comunicando, o inconsciente como discurso do Outro se faz escutar. Através do esquema L desdobra-se o fato de que, quando falamos para um outro, recebemos nossa própria mensagem invertida a partir deste outro. Quando falamos para alguém, fazemos falar o Outro como tesouro dos significantes, somos faladas no lugar do Outro.

Portanto, a partir da compreensão de como se dá a comunicação através do esquema L podemos entender que há pelo menos quatro elementos em cena, não apenas dois (emissora e receptora) e que entre a emissora e a receptora há o inconsciente comunicando a verdade da sujeita, terceiro elemento essencial para que a fala e a escuta em uma análise sejam bem-sucedidas.

Da noção de comunicação intersubjetiva temos então o entendimento da comunicação permeada pela imisção dos sujeitos envolvidos na fala e na escuta, noção que está presente no segundo seminário de Lacan, mesmo seminário no qual é desenvolvido o que estamos aqui desdobrando. Mais especificamente, na lição XIII, sobre o sonho da injeção de Irma, Lacan (1955/2010) separa a narrativa onírica em duas partes: a primeira como sendo imaginária e a segunda, no fim do sonho, ele chama de multidão, de imisção dos sujeitos. Na explicação sobre a imisção dos sujeitos, refere:

Os sujeitos se intrometem (...) um fenômeno inconsciente, que se desenvolva num plano simbólico, descentrado, como tal em relação ao ego, ocorre sempre entre dois sujeitos. Logo que a fala verdadeira emerge, mediadora, ela faz deles dois sujeitos muito distintos daquilo que eram antes da fala. Isto quer dizer que eles só começam a ser constituídos como sujeitos da fala a partir do momento em que a fala existe, e não há antes disso. (LACAN, 1955/2010, p. 219)

Queiroz (2016, p. 19) afirma que essa mistura se dá “a partir de quando algo surge, ou se produz no inconsciente; e que não é íntimo a ninguém, mas que não é estranho ao estranho que sou”. A imisção dos sujeitos diz de algo entre que acontece na comunicação, diz do sujeito do inconsciente que aí comunica, sujeito enquanto assunto, em sua tradução do francês, *sujet*, não enquanto ser humano, pessoa. Trata-se da imisção dos assuntos, da mensagem, daquilo que comunica, deste dizer que é escutado quando há escuta analítica.

No conto “*A carta roubada*” podemos pensar que há, portanto, a imisção dos sujeitos em relação ao elemento carta, este significante que circula e que modifica a posição daquela que está em posse dele.

Tendo agora este percorrido pelo seminário sobre a carta roubada e pelo esquema L, adentremos a terceira e última rota a partir dos vestígios, rota na qual desdobraremos as múltiplas faces do significante laudo, trazido pelo praciente E., e refletiremos sobre o que ele comunica.

Laudo, la(u)do, aula, lauda: desdobrando cartas remetidas em análise

Mirando novamente os vestígios e retornando ao final da segunda rota já percorrida, quando nos perguntamos a partir do ato falho produzido na escrita da pesquisa sobre quem se encontra, quem fala e de que forma se dirige às praçanalistas, podemos observar que as pracientes apresentam posições diferentes nos vestígios. E. interpela as praçanalistas, T. se queixa à praçanalista, R., S. e O. se contam e se escutam, E. e S. “dão aula” às praçanalistas.

Quando, nos vestígios dos atendimentos de E., ele interpela as praçanalistas sobre o laudo e o acesso prévio a isto que conteria informações integradas sobre si e lhe pouparia recontar a si mesmo, podemos pensar que ele projeta seu eu no outro/praçanalista interpelando por um saber sobre si no outro em espelho, o que, como vimos no esquema L, diz da primeira linha de comunicação, a nível imaginário. Por mais que o coletivo compartilhe em intervisão as escutas sobre e praciente, essa integração sobre ele não é o suficiente para que a praçanalista que lhe escuta saiba do que quer falar ou a que está se referindo. Se faz necessário que ele conte de si ainda que estivesse sendo atendida por apenas uma praçanalista ao longo de seu percurso em análise, na medida em que a suposição de um saber prévio e completo sobre si é puramente imaginária e impossível.

Se e praciente E. supõe e demanda um saber total sobre si nas praçanalistas, se faz interessante pensar nos vestígios dos atendimentos de S., que em contrapartida suporia um não saber sobre si e os seus por parte das praçanalistas. Isso pode ser observado quando S. tem a iniciativa de letrar o coletivo, “dando uma aula” sobre questões raciais ou sobre ensinamentos de *coaches* e livros de autoajuda. A suposição de saber que a praciente confere à praçanalista, em um primeiro momento, sustenta a transferência, que é a mola propulsora de uma análise. A

praçanalista sustenta essa posição/suposição de saber quando na verdade o saber na análise é o do inconsciente, um saber que não se sabe.

No seminário “*Os escritos técnicos de Freud*”, Lacan (1986 [1953-1954]) se refere à situação analítica como sendo, em primeiro lugar, uma determinada forma de laço que constitui uma modalidade peculiar de relação não intersubjetiva entre as envolvidas: “cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência, transferência simbólica - alguma coisa se passa que muda a natureza dos dois seres em presença” (LACAN, 1986 [1953-1954], p. 130). Para Lacan, a transferência tem seu pivô no *sujeito suposto saber* – expressão que, de acordo com o próprio psicanalista francês, foi muitas vezes mal compreendida como uma espécie de submissão ou assunção da autoridade da analista. No seminário “*O avesso da psicanálise*”, Lacan (1992 [1969-1970], p. 35) observa que “se a palavra é tão livremente dada ao psicanalisante é porque se reconhece que ele pode falar como um mestre”. E Lacan (1992 [1969-1970], p. 50) continua: “nós somos supostos saber não grandes coisas. O que a análise instaura é justamente o contrário. O analista diz àquele que está para começar – *Vamos lá, diga qualquer coisa, vai ser maravilhoso*. É ele que o analista institui como sujeito suposto saber”. É, em verdade, uma recusa e uma devolução que a analista opera instituindo a analisante – seu inconsciente – como suposto saber de seu desejo.

No trabalho do coletivo, no momento em que dirigimos nosso olhar e nossa escuta àquela pessoa que vem até nós e investimos nela como potencial praciente, reconhecemos que ela pode falar com propriedade sobre si mesma, que detém um saber que pode ser compartilhado: uma suposição de existência de um sujeito do saber. Importa que haja um reinvestimento da suposição de saber sobre o coletivo e não somente sobre uma ou outra praçanalista destacada. Parece suficientemente justificado que haja uma circulação do suposto saber, que em última análise é o saber do inconsciente e se manifesta através da fala em associação livre das pracientes e da escuta interessada e flutuante das praçanalistas. Apostamos que cada praciente possa usar a palavra para falar sobre si, compartilhar sua bagagem vivencial, e que na sequência deste contato, entre gestos e palavras, seja possível que se inaugure a transferência e um processo de análise. Em outros termos, que uma transferência coletiva possa se instalar a partir da oferta de uma escuta analítica e que, a partir

disto, a história singular de cada sujeita possa se desdobrar carregando os efeitos desse encontro.

Retomando os vestígios dos atendimentos de S., podemos pensar que há, sim, alguma suposição de saber por parte dele em relação às praçanalistas, na medida em que estabelece laços transferenciais e de confiança com as praçanalistas e o coletivo, endereça às mesmas suas questões, segue seu percurso de análise com assiduidade desde a praça material à praça ampliada e também indica o Psicanálise na Praça para uma amiga, que vem para atendimento. Contudo, se faz interessante pensar sobre a suposição de um não saber que acontece no percurso da análise deste paciente, somando a isto as “aulas” dele sobre questões raciais e de E. sobre questões de gênero, que nos propiciam questionamentos sobre a necessidade de um letramento para poder escutar. Parece que, nos vestígios dos atendimentos de S., há alguma outra coisa operando. Talvez, o que tenha lhe enlaçado transferencialmente, permitido que esteja e permaneça em atendimento seja o fato das praçanalistas despirem-se da exigência de supor um saber nelas para assim escutá-lo.

Podemos pensar, ademais, que além das questões sobre a suposição de saber e seu enlace com a transferência, desdobra-se uma discussão sobre o saber e o letramento. Reflitamos sobre isso a partir de um percorrido sobre o entendimento do que seria e como se daria este saber em um processo de análise, tendo como ponto de partida as ampliações no que tange a diversidade do público atendido pelo coletivo da praça material à praça ampliada.

Suposição de saber e saberes necessários à escuta

A escuta psicanalítica multiterritorial que se dá através do ciberespaço deparou-se, na experiência do coletivo, com grande pluralidade de sujeitas, vivências, histórias e sotaques. Diante destas diversidades, surgem novos e mais importantes questionamentos sobre a escuta: quais possibilidades temos de escutar a diferença, escutar na diferença, escutar as nuances das línguas dentro de uma mesma língua, escutar os sotaques? Desdobra-se, ainda, a pergunta: não estaríamos sempre, em psicanálise, buscando escutar os sotaques, torná-los audíveis a nós analistas e a quem está em posição de analisante?

Horenstein (2013), em “*Tornar-se estrangeiro*”, propõe à psicanálise desaprender a própria língua, tratar sempre o idioma da analisante como estrangeiro,

ainda que se partilhe a mesma língua e, assim, tornar estranhos os significantes familiares. Deste modo, ao trabalharmos para que a analisante escute a si mesma de maneira diferente, ele refere que

trata-se de esquecer o que se sabe, de desnaturá-lo, de entregar nossa carta de cidadania para assumir esse lugar estranho de eterno estrangeiro no coração da cidade, espécie de limbo, onde uma palavra pode ser sempre outra, onde nada está determinado e onde tudo pode ser dito, sabendo que esse tudo é impossível, ilusão tanto de entendimento quanto de completude. (HORENSTEIN, 2013, p.80)

Como forma de acessar, descobrir, inventar novos territórios em uma língua estranhamente familiar e familiarmente estranha, o trabalho da psicanálise opera a partir da constituição de transferência e da suposição de saber. Ressalvamos que o saber na análise é o saber do inconsciente, um saber que não se sabe de antemão, que se acessa nas brechas do discurso e, como propomos, circula entre analisantes e analistas. Além da suposição de saber que dispara a possibilidade de um processo de análise, há um saber que se faz necessário para poder psicanalisar. Tomemos então este saber como um saber que se acessa a partir do letramento e que auxilia na operação e amplificação da escuta em uma análise.

A experiência da psicanálise no espaço público indica a importância do letramento para poder escutar as diferenças e na diferença desde a posição de analista. Letramento este que se dá fora da sessão, no estudo da teoria psicanalítica aliado a outros campos de saber (antropologia, filosofia, sociologia, estudos culturais, etc.) e ao qual se faz mister que sejam incluídos estudos sobre questões de gênero, de raça, de classe social, sobre questões que tangem a interseccionalidade.

Para podermos escapar da pregnância da língua sabida em nossa prática e escutar a surpresa evanescente do que comunica a fala da analisante como propõe Horenstein (2013), é necessário que haja um letramento prévio e que a analista abra sua escuta ao letramento da língua de cada analisante, permitindo-se estrangeirizar e estranhar a própria língua, mantendo em suspensão o saber prévio no momento da sessão, para que possa escutar aquela sujeita que fala de si e acompanha-la no trajeto da escuta de si mesma.

Propomos, ademais, um desletramento dos cânones, estranhar a própria teoria que dá base à nossa prática, revisitá-la, questioná-la e atualizá-la para poder ampliar o alcance da psicanálise, para que possamos habitar outros territórios e alcançar a

proposição de Freud em seu discurso em 1918. Desletramento este que consideramos operar no momento em que o coletivo se propõe a trabalhar com a rotatividade das psicanalistas nos atendimentos das pacientes e apostar em uma transferência estabelecida com o coletivo e que investe cada integrante.

Consideramos o letramento sobre questões de raça, gênero e classe social muito importante para podermos escutar. Porém, há um letramento necessário que se faz ou não na escuta de cada analisante, de cada paciente, na escuta singular de cada paciente em sua fala, na medida em que compreendemos que em análise é importante transpor a barreira imaginária da comunicação, que a fala da analisante possa atravessar o primeiro eixo imaginário posto no esquema L e fazer um desvio a partir do Outro, lugar que enquanto analistas ocupamos provisoriamente, remetendo a fala da paciente a si própria, a partir dessa transformação. Portanto, o saber do letramento é um saber da ordem do conhecimento, do estudo, importante para podermos operar nosso trabalho; já o saber na análise é um saber não sabido, sem sujeito, que se supõe no Outro, este que não é um sujeito, mas sim um lugar vazio.

Quando pacientes E. e S. propõem-se a "dar aula", com falas no sentido de instrumentalizar as psicanalistas em questões concernentes a raça e gênero, por exemplo, que modalidade de enlace transferencial está sendo proposta? A força da montagem imaginária e das posições fixas que ela engendra convocam a pensar a importância da noção de permeabilidade - permeabilidade pensada aqui como atravessamento da mensagem através do Outro, quando a mensagem transpõe a barreira imaginária e segue para ser atravessada pelo Outro, desvio pelo Outro como condição do filtro imaginário como refere Marta D'Agord (2009).

Convertida em aula, a sessão dita as regras da convocação transferencial à psicanalista - não apenas reivindica o deslocamento de seu lugar de sujeito suposto saber como também sua fixação na posição de aprendiz. Há um risco em deixar-se capturar inadvertidamente, sem dúvidas; mas também há risco em recusar de pronto tal convocação e assim inviabilizar a formação de qualquer transferência útil ao processo analítico. Aqui entra em jogo a permeabilidade, do lado da psicanalista, para entrar no jogo transferencial e criar as condições de possibilidade do discurso analítico. Permeabilidade que esteve presente no capítulo sobre a arqueologia do desejo pela rua, na beira do rio onde tudo se mistura e não é possível identificar camadas arqueológicas específicas. Em uma análise podemos transpor essa mistura

e permeabilidade ao atravessamento da fala da analisante pelo discurso do Outro, onde ultrapassa-se a barreira imaginária de fronteiras rígidas e pré-estabelecidas. Aqui, fala e escuta aparecem em sua circularidade entre o lugar da paciente e da psicanalista, permeáveis, entre-lugares.

Por falar em circularidade, retornemos à carta que fora roubada e tanto circulou no conto de Poe, a partir do qual Lacan desenvolve o esquema L, e desdobremos o significante lauda, derivado de laudo para, posteriormente, desdobrar o significante la(u)do e responder à pergunta sobre a localização do lugar de fala e do lugar de escuta em psicanálise.

Lauda é tomada aqui como a fala, a mensagem, a carta que circula em uma análise entre pacientes e psicanalistas. Em um percurso de análise, o que acontece com as cartas enviadas pelas analisantes? Na lição XVI do seminário “*O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*”, Lacan (2010 [1954-1955], p. 268) refere que “uma carta é uma fala que voa (...) uma folha volante”, e segue afirmando que “estamos o tempo todo servindo de portadores de todas as cartas roubadas do paciente” (LACAN, 2010 [1954-1955], p. 276). Podemos pensar, em relação ao conto de Poe, que além de ser possível supor que o paradeiro final da correspondência foi o retorno às mãos da rainha, a carta que circula (em última análise e de forma controversa, já que é um objeto furtado) chega ao seu destino no momento em que o ministro transforma a primeira carta, aquela aparentemente destinada à rainha, mas que talvez tivesse como destino final e, portanto, dramático, o rei. Na transformação da carta, o ministro inverte a mesma e coloca como destinatário a si próprio, uma carta de amor remetida a si mesmo. Em um processo de análise, operamos no sentido de, através da fala e da escuta que circulam em sessão, transformar a palavra, a carta, em significante, uma carta de amor a si mesmo como faz o ministro. A remetente e a destinatária das mensagens, falas, cartas da sujeita são, em última análise, a própria sujeita. Lacan (1955/2010) encerra a lição XVI afirmando que uma carta sempre chega a seu destino. Será?

Carta postada, recebida, retornada, roubada, violada, invertida: quais os destinos possíveis?

Lei da União Postal: toda correspondência deve retornar ao remetente, caso o destino da carta não seja

encontrado. A carta não pode ser violada sob nenhuma hipótese.⁶

O esquema L nos mostrou que quando falamos, quando ocupamos o lugar de quem fala, recebemos nossa fala invertida a partir daquela que reconhecemos no lugar de quem escuta, esta fala retorna a nós e nos retorna, remetentes-destinatárias de nossas cartas, letras, mensagens. Quem escuta está ocupando o lugar de Outro, de tesouro dos significantes, lugar provisório, lugar entre lugares, lugar de objeto *a*, de resto, cambiante, que ao jogar como o Morto deixa falar e escutar o inconsciente como letra, linguagem, fala, carta. Mas, se como propõe Lacan, somos sempre remetente-destinatárias de nossas cartas, o que se passa quando uma carta não chega a seu destino?

Durante esta busca pela borda e por dentro, neste momento de alinhar os vestígios e desdobrá-los para responder às perguntas da pesquisa, reencontro-me com a arte. A presente pesquisa nasce do encontro da arte com a rua, da relação entre artistas e transeuntes na escuta disparada pelo nome próprio, escuta que migra do campo artístico à psicanálise, passa a ser operada junto às praçanalistas e às pracientes em praça pública e posteriormente migra ao ciberespaço. A arte habita o cerne desta pesquisa: primeiramente a arte relacional, em seguida a literatura com o conto “A carta roubada” e os desdobramentos lacanianos sobre a mesma que dão corpo às reflexões psicanalíticas dos vestígios, e neste momento somam-se duas peças da arte visual.

Ao procurar por vestígios no diário de borda de dentro, nas associações referentes ao “O seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956/1998), em uma mesma página encontro um escrito ~~solto~~ solto que diz “Inserções em circuitos ideológicos – Cildo Meireles” e mais para o final da página as palavras “carta invertida”. Gera-me um estranhamento, questiono-me sobre o que eu queria comunicar com estas palavras.

Ao querer escrever escrito *solto*, escrevo escrito *solo*. Mantenho este ato falho aqui pois acredito que ele comunica algo que estava já presente em tempos anteriores da pesquisa, a arte como costura para pensar as questões que tangem lugar de fala e lugar de escuta em psicanálise.

⁶Constituição da União Postal Universal, concluída em Viena a 10 de julho de 1964. Artigo 5 – devolução ao remetente dos objetos de distribuição impossível; Artigo 21 – responsabilidade das administrações postais. Indenizações.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9358.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.358%2C%20DE%2030,5%20de%20outubro%20de%202004.

Também a partir do escrito solto no diário de borda e de dentro, *deparo-me* com a obra do artista Paulo Bruscky. Em “*Sem destino*”, trabalho de arte postal realizado entre 1975 e 1983, Bruscky visava criticar a burocracia dos correios, inscrevendo sua intervenção em um circuito mundial de trocas que tensionava também as censuras vigentes em países dominados por regimes ditatoriais. Conforme a Lei da União Postal, uma carta que não encontre seu destino deve ser retornada à remetente; a partir desse pressuposto, e tomando em consideração a premissa de inviolabilidade de correspondência, Bruscky postou cartas por todo o mundo, escrevendo “sem destino” no local da destinatária e colocando seu endereço no local do remetente. Seria de se esperar, pois, que as cartas retornassem a ele.

Ao escandir a palavra *deparo-me*, observo que contém em suas sílabas remetente e destinatária: *de-para-mim*.

Mensagem recebida e lida nestas laudas.

Inicialmente, Bruscky realizou sua intervenção postando os envelopes do projeto dentro de outros envelopes para pessoas de vários Estados do país. Estas pessoas, então, ao receberem a correspondência, retiravam o envelope “sem destino” de dentro do envelope com remetente e destinatária e então repostavam no correio o envelope contendo o endereço de Bruscky como remetente e sem destinatária. Posteriormente, o artista deu continuidade a essa intervenção com pequenas modificações, mesmo quando se encontrava fora do Brasil. Mas nem todas as cartas chegaram a seu destino, ou seja, nem todas as cartas postadas com seu endereço como remetente retornaram a ele.

Podemos nos questionar sobre qual era o Outro predominante no momento deste projeto de Bruscky, ao qual endereça as cartas e não obtém como resposta sua carta retornada. O Outro ditatorial, censor, ceifador, que cala, silencia, não deixa a palavra circular. O que remete ao trabalho de Cildo Meireles, vestígio encontrado no diário de borda de dentro, datado de 1970, que possui dois braços chamados “*Projeto Coca-Cola*” (1970) e “*Projeto Cédula*” (1975).

No “*Projeto Cédula*”, Meireles carimbou em notas de dinheiro a pergunta “Quem matou Herzog?”⁷ e colocou elas novamente em circulação. Já no “*Projeto Coca-Cola*”

⁷<http://memoriasdaditadura.org.br/obras/insercoes-em-circuitos-ideologicos-projeto-cedula-1975-de-cildo-meireles/>

Vladimir Herzog, militante do Partido Comunista Brasileiro, foi chamado para prestar esclarecimentos sobre sua participação no mesmo na sede do DOI-CODI, apresentando-se voluntariamente. Foi torturado e assassinado no dia seguinte em 1975, porém a versão apresentada na época pelos

o artista gravou em garrafas de refrigerantes retornáveis informações e opiniões críticas, na forma de decalques brancos no vidro transparente, também devolvendo as mesmas à circulação. As mensagens só eram descobertas após as garrafas serem preenchidas com o refrigerante e dependiam da atenção da consumidora para serem percebidas e assim comunicarem.

Meireles (1981) refere que, em "*Inserções em circuitos ideológicos*", o intuito era realizar inserções em determinados mecanismos de circulação/circuitos de informações estabelecidos de forma vertical, impostos por uma elite política, que veiculavam uma ideologia a partir de um controle centralizado. Estas inserções parasitavam o sistema midiático e informacional, no sentido de realizar uma contrainformação.

Estes extratos artísticos, conto, obras de arte, fazem pensar no que e em quem ocupa o lugar de Outro e que permite ou não que a palavra circule. No conto de Poe podemos dizer que, de uma forma controversa, a carta chega a seu destino, carta/lauda/fala roubada e, assim sendo, apropriada por seu portador e transformada quando de sua posse. Nesta modificação há um reendereço a si próprio, remetente e destinatário são a mesma pessoa, a carta é invertida (concretamente, inclusive) e torna-se outra coisa, outra mensagem é escrita e, a princípio, lida pelo sujeito. Entre uma carta/lauda/fala remetida e seu destino final, há um trânsito, e neste trânsito outras sujeitas podem estar envolvidas. Estas podem: acolher a carta provisoriamente e auxiliar no percurso ao seu destino; interceptar a carta, apropriar-se da mesma lhe modificando, operando um reendereço, passando a comunicar de si e para si, barrando o destino primeiro da carta e lhe transformando em outra; violar a carta, capturando sua mensagem e impedindo que circule, que opere sua comunicação, porém comunicando algo que diz deste que captura. Tomemos aqui este que acolhe, intercepta ou captura a carta como Outro, este que ocupa provisoriamente o lugar de endereço como vimos no esquema L.

Os extratos artísticos aqui citados nos proporcionam refletir sobre quem ocupava o lugar de Outro no período ditatorial de 1964 a 1985 no Brasil, este Outro no qual Meireles tentou fazer furo com suas inserções que comunicavam de forma horizontal a quem estava atenta a ler; Outro que interceptou a circulação da arte postal

militares foi de que ele havia se enforcado com um cinto, divulgando a foto do suposto suicídio. Testemunhos de jornalistas presos no local confirmaram que ele havia sido torturado e morto.

de Bruscky, impedindo que a correspondência chegasse a seu destino, burlando a Lei da União Postal. Há aqui algo no Outro que nos remete ao nascimento do Psicanálise na Praça. A partir do assassinato de Marielle Franco o coletivo se movimenta no sentido de circunscrever o Real deste ato violento e censor, fazendo frente a um acontecimento criminoso em que foi ceifada a vida de alguém que acolhia e publicizava a voz daquelas que estavam abjetadas do laço social. Entendemos este momento como um ataque à palavra, aos corpos indóceis, aos irresignados, aos que se insurgem e ocupam lugares até pouco tempo restritos a uma elite intocável. Ato atroz que acontece no período pré-eleitoral de 2018, no qual o atual desgoverno passa a aparecer nas pesquisas de intenções de voto para presidência e faz intensificar os temores do que adviria com as eleições findas, com a perspectiva de um presidente que não se envergonha de louvar um sabido e condenado em segunda instância torturador da ditadura civil-militar no Brasil. Outro silenciador, censor, que impede que as cartas/laudas/falas circulem.

Se faz mister pensar no compromisso ético de ocupar provisoriamente o lugar de Outro, deste que porta os significantes e que pode, ao fazer as vezes de Outro, violar, tentar reter, impedir a circulação, tomar para si, se apropriar de algo que deveria poder circular livremente e chegar a seu destino. Portanto, existem cartas que nunca chegaram ao seu destino, que nunca foram recebidas, pois o destinatário provisório, que está no lugar de Outro promove silenciamentos e apagamentos, deixando de remeter a quem a carta/lauda/fala é de direito, ou seja, a própria sujeita. Isto nos remete à responsabilidade quanto aos princípios que norteiam o exercício do acolhimento e escuta analítica, quando ocupamos a posição de analistas e, mais especificamente, de praçanalistas, estando provisoriamente no lugar de Outro, investidas neste lugar através das transferências das prapientes, nas falas que circulam durante as sessões e nas trocas entre as praçanalistas.

Não deve haver uma captura do discurso, da fala que é, em última instância, endereçada à própria sujeita em posição de analisante. Podemos fazer um paralelo do nosso papel em uma análise com o papel que as pessoas tiveram no trânsito da arte postal no projeto de Bruscky, aquelas que recebiam os envelopes sem assumir que eram para si mesmas, respeitavam a falta de destinatária e entregavam aos correios, remetendo à falta de destino que em último termo era o retorno ao próprio remetente. Assim como em um percurso de análise, servimos de portadoras das

cartas das analisantes sabendo que não é para nós que são remetidas, mas acompanhamos o percurso da correspondência respeitando a fronteira, o limite, interferindo no percurso com nossas intervenções, nosso silêncio, nossas pontuações. E neste percurso nós analistas também comunicamos, nos colocamos.

CAPÍTULO 5 – Do la(u)do de quem está o lugar de fala e o lugar de escuta em um percurso de análise?

Para responder a esta pergunta, façamos primeiramente um breve e último recorrido pela pesquisa até aqui. Esta pesquisa se inicia tomando em conta a ideia de lugares estanques, lugar de fala do lado da praciente e lugar de escuta do lado da praçanalista. Ao adentrar o campo da geografia, faz-se contato com a noção de lugar em relação, como encontro, como interações sociais, sem fronteiras rígidas. Multilugares e multiterritórios em Haesbaert (2005) e sentido global de lugar em Doreen Massey (2000) auxiliam no entendimento de uma ideia de lugar construído pela ligação com outros lugares.

Em seguida, pensamos lugar em Djamila Ribeiro (2017), que nos dá ferramentas para unir lugar à fala a partir de seus desdobramentos sobre lugar de fala, uma fala que diz de muitas outras vozes e diz de localização social, alinhavado com Patricia Hill Collins (2016) com seu conceito de *outsider within*, forasteira de dentro, lugar que é de dentro e de fora ao mesmo tempo.

Adentramos, então, a psicanálise através de Lélia Gonzalez (1984) pensando o lixo, a existência de um resto que fala e diz de todas nós, ao qual a psicanálise identificada com o resto vai escutar, como refere Dunker (2019). Seguimos com Ambra (2019) que traz a ideia de que o lixo que causa nos aportes de Lélia Gonzalez (1984) é o objeto *a*. A partir destes desenvolvimentos, percorremos as formas discursivas formuladas por Lacan em seus quatro discursos, tendo como interesse especial desta pesquisa o discurso da psicanálise.

Surge a hipótese do objeto *a* como algo que circula entre analista e analisante para que a análise aconteça, lugares que transitam, multiterritórios, multilugares, lugar de fala e lugar de escuta cambiantes entre si. Circularidade e relação de lugares que nos remete ao esquema L quando Marta D'Agord (2009, p. 97) refere que “o esquema L representa a espacialidade, mas não no sentido intuitivo do termo ‘esquema’, não no sentido de localizações, mas no sentido de relações de lugares”. Em conformidade a isto, compreendemos os lugares de fala e de escuta em relação, um pressupondo o outro.

Para podermos pensar lugar de fala em psicanálise, partimos da acepção de lugar de fala elaborado por Djamila Ribeiro (2017). Aqui, a localização social de quem fala é muito importante, ficando em primeiro plano em seu ato discursivo os

marcadores sociais, experiências vivenciais e identificações explícitas, além de toda a cadeia de representatividade que carrega consigo, com histórias e vivências que se conectam e reverberam em seu discurso, que ao ser enunciado diz de muitas daquelas que partilham dos mesmos marcadores sociais, identificações, vivências, que estão localizadas em um lugar semelhante, seja por sua origem, raça, estrato social, gênero. Essa compreensão de multipertencimento e multirepresentatividade no que é dito, que rompe silêncios instituídos e hierarquias, possui valor inestimável em um contexto de realidade no qual camadas significativas da população são abjetadas, aniquiladas, invisibilizadas, silenciadas e alijadas de suas próprias narrativas.

No entanto, transposto para a psicanálise na trajetória desta pesquisa, a partir da incursão através do esquema L, observamos que a ideia de lugar de fala remete a uma prevalência de elementos imaginários que sobredeterminariam as possibilidades discursivas, entrando em choque com as proposições lacanianas de um Outro inconsciente que fala em cada sujeita.

O que buscamos, ao longo do desenvolvimento da dissertação, foi retomar o conceito de lugar de fala no sentido de trazer para dentro do campo da psicanálise elementos que dizem respeito à interseccionalidade, como raça, classe e gênero, cuja presença ainda é tímida, uma margem que precisa ser atravessada e alcançar profundidade.

Portanto, como correlato do conceito de lugar de fala e sua positivação dos marcadores sociais da indivíduo, podemos pensar a noção lugar de escuta, derivado do esquema quadrípode do discurso analítico. Lugar de escuta em psicanálise não se limita à posição de ouvinte, mas implica a promoção do desejo de narratividade – o *fazer falar* que propunha Lacan. Assim sendo, a partir da compreensão de que lugar de fala e lugar de escuta existem em relação e intercâmbio, um pressupondo o outro, na medida em que é posto em marcha o lugar de escuta, ali está também o lugar de fala em psicanálise. Consideramos lugar de fala em psicanálise o lugar da sujeita que enuncia a si mesma, o fazendo desde onde não se sabe de antemão, desde as produções do inconsciente, este que se dá a ver/ler/escutar nos tropeços, lapsos, brechas do discurso, ali onde somos e não o sabemos. Tais produções se dão a partir da transferência, da promoção de um lugar de fala e um lugar de escuta.

Lugar de fala e de escuta se estabelecem em circularidade e permeabilidade: na medida em que há alguém em lugar de escuta, disponível, aberta a ouvir, ver e ler,

é disparado que possa haver alguém em lugar de fala, disposta a dizer, ainda que fale até mesmo desde onde não o saiba (e aqui está o ouro entremeado), mesmo sem emitir nenhum som através de suas cordas vocais. Ademais, se faz mister que esta alguém também esteja disponível a ouvir, ver e ler; e vice-versa: na medida em que há alguém em lugar de fala, é disparado que possa haver alguém em lugar de escuta. Ambas que estão em lugar de fala e de escuta, em determinados momentos, terão sua escuta e sua fala presentes e transitando.

Observamos, em vista disso, a partir da construção realizada até aqui, que fala e escuta se movimentam, se imiscuem, assim como os restos na beira do rio, a carta no conto de Poe, os sujeitos no esquema L, a arte postal de Bruscky e as intervenções de Meireles. Logo, do la(u)do de quem está o lugar de fala e o lugar de escuta em uma análise? Estariam de ambos os la(u)dos?

Encerramos a seção anterior afirmando que, ao acompanharmos as cartas remetidas pelas pacientes em uma análise, nós analistas também comunicamos com nossas intervenções, pontuações, interpretações, silêncios. Assim sendo, podemos pensar que o lugar de fala em psicanálise é cambiante, está de ambos os lados da relação transferencial, assim como o lugar de escuta, ainda que este último, talvez, fique mais perceptível quando pensamos na circularidade em análise a partir do vestígio do atendimento do paciente O., ao referir que se escuta para a praçanalista. O paciente escuta a si mesmo, propomos isto às pacientes em uma escuta analítica, que possam escutar a si mesmas conosco, escutar de um outro jeito a si mesmas. Mas, e o lugar de fala? É possível afirmar que se movimenta da mesma forma que o lugar de escuta em psicanálise?

Iniciamos a terceira rota de discussão sobre os vestígios desdobrando a posição das pacientes para com as praçanalistas e observamos que as posições são variadas, até mesmo nos vestígios sobre os atendimentos de uma única paciente. Enfoquemos agora no la(u)do da analista e reflitamos sobre como fica a posição das praçanalistas nos atendimentos que aparecem nos vestígios. A mudança na posição discursiva de quem está na escuta muda a posição de quem está na fala? Entendemos que sim. Pensamos que, ainda que os lugares de fala e de escuta transitem em uma análise, o que/quem precisa se manter no mesmo lugar é a analista, dentro de sua posição no discurso da psicanálise.

Há uma assimetria nas posições entre analista e analisante. Apostamos que, no percurso de uma análise, possa haver um deslocamento no discurso por parte da analisante, que circule entre os discursos de mestria, universitário, histórico e psicanalítico. Apostamos no giro entre os discursos, em sua circularidade, entremeada pelo discurso da psicanálise que desponta no inesperado, na surpresa, nos tropeços da língua, nos momentos em que o inconsciente se faz presente em lapsos, atos falhos, chistes, em um dizer que irrompe por trás do dito.

Existem aproximações, transversalidades possíveis entre assimetrias e descontinuidades com os efeitos da fala que circula entre analisantes e analistas, fala que tem seu lugar por excelência do lado da analisante, mas que se faz presente do lado da analista também, com assinalamentos, pontuações, interpretações, atos analíticos. Os lugares se movimentam na análise, mas por excelência é a fala, a palavra, a lauda, a carta que circula. Para que os lugares de fala e de escuta se alternem precisamos do circuitar da lauda, da carta, da transformação desta em significante para que assim transite entre fala e escuta. Logo, a escuta também gira entre o par analítico, lugar por excelência do lado da analista, mas que também está do lado da analisante, que precisa poder escutar a si mesma, escutar sua mensagem invertida remetida a si própria através da escuta e fala da analista a partir do lugar suposto e provisório de Outro que, faltante, permite e impulsiona que a palavra gire e se faça escutar.

A analisante convoca a analista a responder desde o lugar de Outro e em contrapartida a analista responde desde o lugar de objeto *a*. Lugar de Outro e lugar de objeto *a* são lugares diferentes na teoria psicanalítica, mas dizem de momentos na análise. No início do percurso analítico, a suposição de saber primeiro evidencia a outridade, uma relação imaginária, quando a paciente coloca a analista no lugar de saber, de Outro. Esperamos que o fim da análise nos conduza ao lugar de resto, onde a analista possa cair numa posição de objeto *a*. Nesta circulação de lugares há o deslocamento de posição que se dá com quem ocupa sobremaneira o lugar de escuta em psicanálise, quem está na posição de analista. Acreditamos que desta circulação entre os discursos, ao longo da análise a analisante possa ocupar com propriedade o discurso da psicanálise e assimilar a função analista.

Quando a analista está em lugar de escuta, importa que não desconsidere os elementos não-verbais que constituem a história de cada sujeita, e nesse sentido

impõe-se a relevância do letramento para a constituição de um lugar de escuta. A língua que se fala e se escuta em análise é a língua singular de cada uma que está em posição de analisante, língua que engloba os marcadores que lhe atravessam, as identificações explícitas, mas também aquelas que a própria sujeita desconhece, língua que se descortina ao longo do percurso analítico, língua da sujeita do inconsciente, à qual a analista precisa poder estar com sua atenção flutuante e abstinência presentes, calando o imaginário para deixar falar e escutar.

Por conta da intercambialidade que comporta lugar de fala e lugar de escuta em psicanálise, na falta do letramento por parte da analista há o risco de, quando da posição desta em lugar de escuta, operar desde um lugar de tamponamento, silenciamento e apagamento, impossibilitando o acontecimento de uma escuta atenta e cuidadosa, desconsiderando o contexto social, político, identitário, vivencial, os marcadores sociais que atravessam aquela sujeita que está para ser escutada, e, em contrapartida, a analisante pode ficar imobilizada em lugar de emudecimento, sem conseguir dizer de si, ou ainda que o faça, sem conseguir escutar ou ser escutada.

Para finalizar, retomamos aqui um ato falho que se encontrava em uma porção do texto que acabou suprimida na feitura da pesquisa: ao querer escrever *cada uma*, escrevo *casa*. Esta parapraxia comunica, se perde, mas é resgatada. Diz de lugares que se modificam, se movimentam de forma voluntária, porém a contragosto, no início da pandemia. A rua passa para dentro da casa de cada uma, assim como no ato falho onde *sua vira rua*, que se torna *nossa*, amplia e deixa ver o desejo de que o trabalho no coletivo de psicanálise siga pulsando, vivo, agora na geografia flexível e múltipla do ciberespaço. Abraçamos a multiterritorialidade do Psicanálise na Praça, do Centro da cidade de Porto Alegre a diversos rincões do país, acolhendo em escuta analítica sotaques variados, as línguas dentro de uma mesma língua. O luto pela saída das ruas, cujo desejo era de que fosse momentâneo, precisou ser elaborado em conjunto e deixa-se ler através das laudas e tropeços na costura de palavras ao longo da dissertação.

Mudam-se os lugares, troca-se ideias em orientação, em grupo de pesquisa, em intervisão, entre atendimentos, dentro de casa. Da casa de cada uma observamos a escuta acontecer, cambiante, por vezes cambaleante, porém constante. Na deriva dos dedos pelo teclado do computador, em mais de uma parapraxia troca-se o lugar no par analítico, *praçanalista* aparece onde deveria estar *praciente*. Ato falho que

denuncia troca e circulação de lugares, nos dando pistas do caminho a seguir para chegar à compreensão e proposta de lugar de fala e lugar de escuta em psicanálise. Na sequência, de *solto* surge o *solo*, a arte retorna, remete à carta que transita ao longo da dissertação através do conto de Poe, alinhavada com intervenções artísticas que propiciam refletir sobre a ética necessária àquela que ocupa o lugar provisório de Outro, portando as mensagens que se destinam ao retorno à remetente.

O que se via e não mais se vê e o que é possível enxergar agora: há sempre algo que fala em nós, que pulsa e se faz ouvir; para escutar é preciso estar atenta às entrelinhas, aos tropeços, ao resto, ao vinco da dobra desdobrada que facilmente poderia ser descartada em lixo. Nestes tempos ainda pandêmicos e incertos, seria luxo apostar no poder de uma escuta atenta, implicada e cuidadosa?

Os restos dizem de todas nós e não é preciso escavar como o fizeram na Praça da Alfândega para que venham à luz e sombra do dia e comuniquem que há algo que se repete e insiste. É preciso e possível amplificar a escuta e mergulhar em rios de água profundas e ainda um tanto turvas à psicanálise, que teme por ter suas bases levadas embora pela correnteza. Permeabilizar a psicanálise e a psicanalista assim como os restos na beira do rio Guaíba.

REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro. O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. **Sig Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, p. 85-101, 2019.

BUENO, Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2000.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BROIDE, Jorge. Prefácio. In: DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019, p. 13-18.

CAMPOS, Rosana Onocko. **Psicanálise e saúde coletiva**: interfaces. São Paulo: Hucitec, 2014.

CARVALHO, Wander Guilherme Rocha; CANTO, Tânia Seneme. Realidade aumentada móvel e a cartografia: aumentando, revelando e criando novas geografias. In: **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 19, jan./jun. 2019, p. 88-104.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol 31, n. 1, jan/abril 2016, p. 99-127.

D'AGORD, Marta Regina de Leão. As estruturas do discurso: o uso do esquema L em psicopatologia. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online**, vol. 6, n. 1, p. 87-100, maio de 2009.

_____. Do grafo do desejo aos quatro discursos de Lacan. **Psicologia USP**, São Paulo p. 431-451, 24(3) 2013.

DAMICO, José. Gênero e raça: marcas persistentes de um fazer-saber denegado. **Relações de gênero e escutas clínicas**. Salvador: Editora Devires, 2021.

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

DAVID, Luciane Rombaldi. O gigante acordou: reflexões sobre movimentos sociais e adolescência. **Publicação CEAPIA**: revista de psicoterapia da infância e adolescência. Porto Alegre, n. 24, ano 24, p. 37-46, 2015.

DEBORD, Guy. O declínio e a queda da economia espetacular mercantil. In: **Situacionistas**: teoria e prática da revolução. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, p. 117-129, 2002.

_____. Teoria da deriva. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 87-91, 2003.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. A psicanálise nos espaços públicos. In: BROIDE, Jorge e Katz, Ilana (Orgs.) **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: IP/USP, p. 10-21, 2019.

FINK, Bruce. “Análise por telefone” (variações na situação psicanalítica). **Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes**. São Paulo: Blucher, 2007/2017

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Prefeitura Municipal, p. 21-24, 1988.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, v. X, p. 133-146, 1912/2010.

_____. Recordar, repetir e elaborar. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, v. X, p. 193-209, 1914/2010.

_____. Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III). In: **Sigmund Freud Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XVI, p. 251-464, 1916-1917/1996.

_____. Caminhos da terapia psicanalítica. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, v. XIV, p. 279-292, 1919/2010.

_____. Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 341-346, 1925/1976.

_____. O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, v. XVIII, p. 13-122, 1930/2010.

GIORDANO, Davi. Entrevista com Ana Teixeira. **eRevista Performatus**: Inhumas, ano 4, n. 15, jan. 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUTIERREZ, Juan, DELGADO, José. **Técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X encontro de geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005.

HORENSTEIN, Mariano. Tornar-se estrangeiro. **Jornal de Psicanálise**. v. 46, n. 84. São Paulo: Sbpsp, p. 69-82, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**, c2022. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – tecnologia e comunicação. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

IPHAN/Programa Monumenta. **Praça da Alfândega**: Série Preservação e Desenvolvimento Monumenta. Porto Alegre/RS, 2007.

IRIBARRY, Isac. O que é pesquisa psicanalítica?. **Ágora**. Vol. VI, nº 1, p. 114-138, jan/jun 2003.

IS. Definições. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 65-66, 2003.

JACQUES, Paola. Apresentação. In: JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 13-38, 2003.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 238-324, 1953/1998.

_____. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1953-1954/1986.

_____. **O Seminário, livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1954-55/2010.

_____. O seminário sobre “A carta roubada”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-68, 1956/1998.

_____. A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 591-654, 1958/1998.

_____. **O seminário, livro 8: A transferência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960-1961/1992.

_____. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964/2008.

_____. **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969-1970/1992.

LAURENT, Éric. O analista cidadão. **Curinga**. Vol. 13. Belo Horizonte, 1999.

_____. Cidades analíticas. **A sociedade do sintoma**: A psicanálise hoje. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

MARINO, Adriana. Psicanálise na Praça Roosevelt: modalidades de transferência. **Stylus Revista de Psicanálise**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 213-225, julho de 2019.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

MATTUELLA, Luciano. **O corpo do analista**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2020.

MEDEIROS, Roberto Henrique Amorim de. **Residência integrada em cenas: ensaios críticos acerca da formação do profissional em saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016.

MEIRELES, Cildo. **Cildo Meireles**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs) **Territórios do cotidiano**. Santa Cruz: Ed. UNISC, 1995.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. & CORRÊA, L. R. (Orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000/1995.

POE, Edgar Allan. **Histórias Extraordinárias**. Companhia das Letras: São Paulo 1844/2017.

QUEIROZ, Luís Américo Valadão. Freud enovelado. **Anais da Jornada “A escrita de casos clínicos”**. Campinas: Tykhe Associação de Psicanálise, p. 14-25, 2016.
RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1980/1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, Miriam D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2018.

VALADARES, Alberto G., TEODORO, Pacelli H. M. Territórios ampliados: entre o ciber e o espaço. **Pós Revista Programa Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, vol. 25, n. 49, p. 1-16, 2019.

ZYGOURIS, Radmila. A escola da rua. In: DUVIDOVICH, E. (Org) **Diálogos sobre formação e transmissão em psicanálise**. São Paulo: Zagadoni Editora. 2013.